

**INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO
HOSPITALAR E CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**FACULDADE DE TECNOLOGIA EM SAÚDE –
IAHCS**

**Credenciada pela Portaria MEC nº 497, publicada no DOU, em 13/06/2013,
Seção 1, página 25**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO
HOSPITALAR**

**Autorizado pelo Despacho do Ministro, publicado no
DOU, em 13/06/2014, página 27**

PORTO ALEGRE - RS

Versão aprovada pelo NDE e homologada pelo Diretor Geral em 12.04.2017

Revisão abril/2017

SUMÁRIO

I	IDENTIFICAÇÃO
II	DOCUMENTAÇÃO
III	BREVE HISTÓRICO
IV	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS DIRIGENTES
V	IDENTIFICAÇÃO
VI	COORDENAÇÃO DO CURSO
VII	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO
1	APRESENTAÇÃO
2	CONTEXTUALIZAÇÃO
3	BASES DO CURSO
4	JUSTIFICATIVA
5	OBJETIVOS
5.1	Objetivo Geral
5.2	Objetivos Específicos
6	PERFIL DO EGRESSO
6.1	Competências e Habilidades
6.2	Competências Gerais
6.3	Competências Específicas
6.4	Áreas de Atuação. Mercado de Trabalho
7	CARGA HORÁRIA DO CURSO
8	MODALIDADE
9	TURMAS, TURNOS E NÚMERO DE VAGAS
10	METODOLOGIAS DE ENSINO
10.1	Princípios
10.1.1	Pesquisas como suporte de ação
10.1.2	Interdisciplinaridade
10.1.3	Articulação entre teoria e prática
10.1.4	Indissociabilidade entre ensino, a pesquisa e a extensão
11	AVALIAÇÃO
11.1	Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem
11.2	Avaliação do Projeto Pedagógico
12	SUORTE PARA EXECUÇÃO DO PROJETO
13	RESULTADOS ESPERADOS
14	PROCESSO DE SELEÇÃO
14.1	Exigências para Matrícula
15	CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÕES DE TURMAS
16	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES
17	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM
18	ESTRUTURA CURRICULAR
18.1	Componentes Curriculares
18.2	Ementas, Conteúdos e Bibliografia das Disciplinas por Semestre
VIII	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO
IX	CORPO DOCENTE
1.	Requisitos de Titulação
2.	Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissionalizante não Acadêmica
3.	Os critérios de Seleção e Contratação
4.	Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho
5.	Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Corpo Docente
X	CORPO DISCENTE
1.	Formas de Acesso
2.	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro
3.	Estímulos à Permanência
4.	Organização Estudantil
5.	Acompanhamento dos Egressos
XI	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
1.	Os critérios de Seleção e Contratação
2.	Políticas de Qualificação, Plano de Careira e Regime de Trabalho
3.	Corpo Técnico-Administrativo Atual e sua Evolução
XII	INFRAESTRUTURA
1.	Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas
2.	Biblioteca
2.1.	Expansão do Acervo por área de Conhecimento
2.2.	Formas de Atualização e Expansão do Acervo
2.3.	Horário de Funcionamento
XIII	OUTROS SERVIÇOS OFERECIDOS
XIV	ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
XV	DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Mantenedora: Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde - IAHCS
Endereço: Rua Coronel Corte Real nº 75 Cidade: Porto Alegre
Estado: Rio Grande do Sul CEP: 90630-080
Fone: (51) 3331 9555
E-mail: sergio@fasaude.com.br
Procurador Institucional: Sérgio Luiz dos Santos Lopes

Nome da Mantida: Faculdade de Tecnologia em Saúde - IAHCS Endereço: Rua Coronel Corte Real nº 75
Cidade: Porto Alegre Estado: Rio Grande do Sul CEP: 90630-080
Fone: (51) 3331 9555
E-mail: ricardo.minotto@fasaude.com.br

II - DOCUMENTAÇÃO

Os documentos fiscais e para-fiscais, atualizados, da entidade Mantenedora, serão remetidos ao MEC em processo específico.

III - BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO E SUA HISTÓRIA

Inicialmente, para melhor compreensão da Instituição, suas finalidades, objetivos e história na área educacional, e, portanto, para melhor compreensão dos argumentos que serão expendidos nesta Peça, entende-se oportuno este pequeno prólogo.

Em 1975, a Associação dos Hospitais do Rio do Grande do Sul (AHRGS) constituiu seu DEPARTAMENTO DE CURSOS com o objetivo de capacitar os profissionais da saúde, nas várias instâncias do exercício profissional de nível auxiliar, médio e superior na vasta e extensa interface dos diversos segmentos em atuação no setor saúde.

Nos anos seguintes, o então Departamento de Cursos realizou dezenas de atividades educacionais nas áreas da enfermagem, nutrição, documentação médica, gestão, medicina, controle de infecção nosocomial, humanização, enfim múltiplos cursos, seminários, oficinas, congressos, de curta ou longa duração, formando e especializando centenas de pessoas para os diferentes segmentos e áreas do setor saúde. Entre as promoções, estavam cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) em diferentes áreas, subordinadas aos ditames da Resolução nº 14/1977, do então Conselho Federal de Educação.

Como estas últimas atividades, cursos de especialização, necessitassem de um parceiro educacional reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Associação buscou parceria com IES, inicialmente, com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, em 1981, portanto há 36 anos, tendo estas atividades se desenvolvido de maneira intensa e obtido o reconhecimento da sociedade rio-grandense - especialmente do setor saúde - a AHRGS fundou o Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde, entidade autônoma sem fins lucrativos, para responsabilizar-se por estes programas de capacitação educacional. O novel Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde (IAHCS), com o objetivo de ampliar a área de atuação, atendendo as solicitações que provinham de todo o Estado e, mesmo, fora dele, estabeleceu parcerias educacionais com vinte e duas instituições de ensino superior, que cancelavam academicamente os cursos.

É importante ressaltar que, apesar das parcerias educacionais com diferentes IES, todos os projetos educacionais, incluindo a área pedagógica, docentes, execução e avaliação - inclusive a disponibilização de sede em Porto Alegre/RS - eram exclusivamente de responsabilidade do IAHCS, cabendo às IES, unicamente, a supervisão dos cursos e emissão, em conjunto, dos respectivos certificados aos alunos concluintes.

Ressalta-se, assim, que o IAHCS sempre foi uma instituição educacional, como dispõe, aliás, seu Estatuto Social:

Art. 2º - O objetivo básico do Instituto é a articulação de meios no sentido de promover o aperfeiçoamento de recursos humanos vinculados, de uma forma ou de outra, a área hospitalar e da saúde, tanto na pesquisa, assessoria e consultoria, como na administração, ensino e educação, devendo promover a capacitação gerencial, de mão-de-obra, e o desenvolvimento institucional podendo, para tanto, organizar e manter por si ou em convênio com terceiros quaisquer programas ou cursos de nível auxiliar, médio ou superior, de curta ou longa duração, bem como promover encontros, seminários, jornadas e conclaves regionais, nacionais e internacionais, e ainda serviços de assessoria

e consultoria podendo desempenhar também outras atividades de organizador ou promotor, na área médico-hospitalar.

Parágrafo Primeiro - Constituem também objetivos e finalidades do IAHCS, desenvolver programas de ensino, pesquisa, assessoria/consultoria, gestão e extensão em áreas do conhecimento suscetíveis de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (portadores de deficiência, policarenciados, idosos, adolescentes e carentes) ou que constituam fatores determinantes e condicionantes do estado de saúde da população, tais como alimentação e nutrição, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer, energia, agricultura e formação profissional.

Parágrafo Segundo – Constituem, igualmente, objetivos finalísticos de o IAHCS instituir e manter serviços de saúde, hospitalar, ambulatorial e domiciliar, desenvolvendo ações de promoção, prevenção e educação da saúde, e de diagnóstico, terapêuticos e de reabilitação, em estabelecimentos próprios e de terceiros, públicos e privados, buscando a assistência integral da pessoa humana, com ênfase aos carentes, idosos, crianças e adolescentes.

Parágrafo Terceiro – A Entidade também manterá, como objetivo finalístico, estabelecimento de ensino e educação, adequado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Parágrafo Quarto – Poderá, também, a entidade, para divulgação dos objetivos e finalidades sociais, utilizar-se da edição e publicação de livros, revistas, informativos, periódicos e outros produtos de informação.

No final dos anos 90, estimulados tanto pela Reitoria da PUC-RS – parceira de muitos anos - como em contatos informais mantidos no Conselho Federal de Educação, o IAHCS resolveu instituir uma mantida, dedicada ao desenvolvimento de programas de graduação, cursos sequenciais, cursos tecnológicos e cursos de pós-graduação lato sensu (especialização), nascendo, assim, a Escola Superior de Gestão e Ciências da Saúde. Esta já se constituiu, desde sua fundação, herdando toda a estrutura educacional desenvolvida ao longo de quase 20 anos, pelo IAHCS, como atora importante no campo específico do saber em saúde.

Nesta ocasião, início dos anos 2000, o IAHCS, já contava com seis (6) cursos de especialização em nível de pós-graduação (lato sensu), a saber: Administração Hospitalar e Negócios em Saúde; Administração dos Serviços de Enfermagem; Auditoria em Saúde; Medicina do Trabalho; Farmácia Hospitalar, e Formação de Dirigentes Hospitalares (em parceria com o Ministério da Saúde).

Como as normas do processo de credenciamento no Conselho Nacional de Educação exigiam a apresentação de, ao menos, um (1) projeto de curso, optou-se por ir além e apresentar os projetos dos dois (2) mais antigos cursos que eram mantidos.

Assim, junto com a solicitação de credenciamento como instituição de ensino superior da Escola Superior de Gestão e Ciências da Saúde, foram remetidos, para análise, os projetos dos cursos de especialização em Administração Hospitalar e Negócios em Saúde e de Administração dos Serviços de Enfermagem.

Ambos foram submetidos aos departamentos específicos da Universidade de São Paulo (USP) e recomendados com louvor, ao CNE.

Este breve intróito tem por finalidade deixar explícito que o IAHCS é uma instituição EDUCACIONAL que optou por ser credenciado junto ao CNE e Ministério da Educação para atuar, inicialmente na Pós-Graduação lato sensu, nível de especialização, e na extensa área do saber das CIÊNCIAS DA SAÚDE.

RESUMO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO MANTIDA

Nome do Curso	Nº de Vagas	Candidatos Vagas	Nº de Turmas	Total Alunos
Administração Hospitalar e Negócios em Saúde	40	01	02	80
Administração dos Serviços de Enfermagem	40	01	02	80
Arquitetura Hospitalar	40	01	01	40
Enfermagem do Trabalho	40	01	01	40
Ergonomia	40	01	01	40
Farmácia Hospitalar e Atenção Farmacêutica	40	01	01	40
MBA – Auditoria em Saúde	40	02	02	160
Medicina do Trabalho	40	02	02	160
Perícias Médicas	40	01	01	40

IV - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS DIRIGENTES

Da Entidade Mantenedora

Endereço: Rua Coronel Corte Real, nº 75 e 133 Cidade/Estado: Porto Alegre/RS

CEP: 90630-080 Fone: (51) 3334-1100

Cargo: Presidente

Nome: Cláudio José Allgayer

Titulação: Medicina

E-mail: presidencia@fehosul.org.br

Da Entidade Mantida

Endereço: Rua Coronel Corte Real, nº 75

Cidade/Estado: Porto Alegre/RS

CEP: 90630-080

Fone: (51) 3331-9555

Cargo: Diretor Geral

Nome: Ricardo Minotto

Titulação: Ciências Contábeis

E-mail: ricardo.minotto@fasaude.com.br

Cargo: Vice Diretor

Nome: André Gustavo Reif Allgayer

Titulação: Administração e Direito

E-mail: andre@fasaude.com.br

Cargo: Procurador Institucional

Nome: Sérgio Luiz dos Santos Lopes

Titulação: Arquivologia

E-mail: sergio@fasaude.com.br

V - RESPONSABILIDADE SOCIAL DA MANTIDA

A Faculdade Tecnológica, através do projeto pedagógico do curso aqui registrado, assume o compromisso de desenvolver ações em que os seus dirigentes, professores e alunos estejam vinculados aos anseios da comunidade gaúcha no que se refere à saúde. Basear-se-á, sempre, em uma análise acurada, na qual se constate a necessidade de construção progressiva dos conceitos fundamentais da ciência da Saúde, frente às necessidades do mundo contemporâneo, de forma interdisciplinar, relacionando teoria à prática e pesquisa em saúde. Desta forma, as suas atividades educacionais estarão sempre visando à construção da verdadeira cidadania, via profissionais que aprendam a conhecer, aprendam a fazer, aprendam a ser e aprendam a viver juntos ou conviver. Além disso, a futura Faculdade procurará colocar à disposição de seu corpo discente disciplinas que estarão diretamente vinculadas à realidade social e econômica do local onde será inserido o egresso de seus cursos.

Assim, através do seu programa de extensão, a sua política de responsabilidade social estará voltada para ações que tenham como resultados contribuições em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural na área da saúde.

A política de responsabilidade social da futura IES sustentar-se-á em princípios éticos e democráticos, tais como a promoção do desenvolvimento regional onde está inserido, o incentivo à participação da comunidade e o reconhecimento às instituições legítimas de representação da sociedade organizada. Ao mesmo tempo em que for sendo construída, essa responsabilidade será permanentemente repensada através da constituição de espaços de debate e problematização junto às comunidades internas e externas. Sua institucionalização, por sua vez, implicará o trabalho de análise de indicadores sociais referentes a essas comunidades, considerados como indicadores das ações a serem desenvolvidas nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, a Instituição define como dimensões de sua política de responsabilidade social a formação de profissional no campo da saúde, o desenvolvimento de pesquisas, a difusão de conhecimento e a sua vocação comunitária na maior amplitude possível.

VI - COORDENAÇÃO DO CURSO

PROF^a msc MARALICE STANIECKI PROSZEK RIBEIRO.

Mestre em Ciências da Administração. Faculdade de Ciências Sociais - Unisinos.

Especialista em Controladoria e Finanças.

Especialista em Gestão de Negócios.

Especialista em Docência.

Bacharel em Ciências Econômicas. Faculdade de Ciências Sociais - Unisinos.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9813628726409144>

e-mail: maralice@fasaude.com.br

Fone: (51) 33319555

VII - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1- APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Gestão Hospitalar segue as orientações da Direção da Faculdade de Tecnologia em Saúde Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde – IAHCS e do NDE, no que concerne ao plano de metas e ações da instituição, que preconiza a construção de projetos pedagógicos comprometidos com suas bases conceituais, sua missão, seus objetivos e seus princípios norteadores no campo da saúde.

O plano de metas e ações do IAHCS, como entidade mantenedora, aponta para uma inovação que transcende as propostas convencionais de criação de um novo curso superior, implicando, assim, tal avanço na oferta de um ensino de alto padrão, comprometido com a integralização do Estado do Rio Grande do Sul com o resto do País, o que pressupõe uma coletividade consciente e, por conseguinte, um saber ativo relacionado não somente com o conhecimento, mas também com a crítica e com a construção da sociedade.

O conhecimento que o IAHCS visa produzir e transmitir tem como objetivo principal compreender o processo contraditório da integração, da democracia e da necessária união dos países em torno de ideais comuns, contribuindo, dessa forma, para se chegar a uma consciência de totalidade e à elaboração de um instrumental adequado à compreensão do cenário e das conjunturas nacional e internacional.

Sob essa perspectiva de inovação, a organização didático-pedagógica do Curso de graduação de Tecnologia em Gestão Hospitalar tem como missão contribuir para a formação de profissionais imbuídos da responsabilidade de formular e implementar estratégias que assegurem a eficiência, a eficácia e a competitividade das organizações na área da saúde.

2- CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente proposta do IAHCS para oferta de um Curso de graduação em Gestão Hospitalar foi concebida no contexto das céleres e constantes transformações no ambiente de gestão hospitalar e afins, bem como na ascendente importância do foco estratégico e no incremento dos resultados econômicos dessas corporações de alta responsabilidade na prestação de serviços de saúde.

A estrutura programática oferecida assegura a adequação às indicações do Ministério da Saúde, as transformações sistêmicas na indústria da saúde, aos eixos que matizam os enormes desafios que impactam indistintamente os sistemas de saúde: financiamento, equidade e eficiência. A absorção de conceitos potencializam o desenvolvimento da visão estratégica da gestão hospitalar, bem como das práticas integradas e inovadoras da gestão dos serviços de saúde

Mesmo diante de cenários desafiantes, a indústria da saúde e o específico segmento dos hospitais, clínicas e laboratórios, comprovando seus característicos dinamismo e protagonismo no ambiente da Sociedade do Conhecimento, vem crescendo consistentemente em todos os mercados, gerando renda e emprego decentes, alavancando as economias locais, regionais e nacional. Em nosso país, no início dos anos 80, os gastos totais em saúde mal atingiam 4% do produto interno bruto nacional (PIB); em 2007 já significavam 7,5% e cinco anos alcançam 9% do PIB. (FEHOSUL, 2011). Existem no Brasil 212.468 Serviços de Saúde cadastrados no Ministério da Saúde. Desse total, 151.763 são privados e 60.705 são

públicos. Existem atualmente no Brasil 6.742 hospitais. Deste total, 70% são hospitais privados. São dois milhões e quinhentos mil trabalhadores que atuam no setor de saúde, sendo que próximo de 45% desta mão- de- obra está no setor privado (dados do CNES-Março/2010). Em todos estes estabelecimentos e serviços, deve-se contar com a atuação do Tecnólogo em Gestão Hospitalar.

Em vista disso, é crescente a necessidade da formação desses profissionais, que com qualificação possa atender as exigências desse mercado. Qualificação esta que exige conhecimentos de gestão em saúde, que saibam trabalhar com processos, captação de recursos, análises estatísticas e epidemiológicas, adequação dos custos X produtividade X resultado, com visão empreendedora.

Diante dos fatos o curso objetiva atender às exigências de demanda do mercado de trabalho (local e regional) apresentando conteúdos verticalizados, organização curricular interdisciplinar, flexível e contextualizada, em conformidade com a prática profissional da região e com a base científica e tecnológica. Temos a convicção que o curso preenche uma lacuna onde há carência de profissionais habilitados a desenvolver, de forma plena, atividades privativas de Gestão Hospitalar e em Serviços de Saúde, recorrendo a modelos de gestão inovadores, tendo sempre como condições precípua a ética e a responsabilidade socioambiental.

3 - BASES DO CURSO

O curso tem bases sólidas e garantia da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de um curso de tecnólogo em gestão hospitalar diferenciado dos existentes na região.

Sob essa perspectiva de inovação, tem como missão contribuir para a formação de profissionais imbuídos da responsabilidade de formular e programar estratégias que assegurem a eficiência, a eficácia e a competitividade das organizações hospitalares, tanto do setor público quanto à iniciativa privada.

4 - JUSTIFICATIVA

O desempenho das organizações depende, fundamentalmente, das estratégias por elas adotadas. O novo paradigma na área da saúde é promover a incorporação do planejamento da mudança, da visão de processos, da agregação de valor e do trabalho em equipe, todos orientados para o cliente. Gradativamente, se reconhece ser a gestão em saúde um vasto campo de ação com especificidades importantes. A justificada sensibilidade das pessoas perante os valores da vida, e da qualidade dos serviços em saúde confere exigências aos profissionais da área provavelmente inexistentes em outros segmentos.

A gestão em saúde torna-se então um campo interdisciplinar por excelência. Entretanto, a compreensão do espectro de conhecimentos indispensáveis à sua inserção em um novo ambiente de complexidade e alta competitividade ainda precisa ser elaborada.

Tendo em vista que a missão da Faculdade de Tecnologia em Saúde – IAHCS é desenvolver pessoas e organizações de saúde por ações educacionais, visando à melhoria da gestão e a elevação da qualidade dos serviços prestados para a comunidade, ela propõe, com o objetivo de responder às necessidades do mercado de trabalho, a formação do Tecnólogo em Gestão Hospitalar orientando-se pelos princípios e valores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Tecnológica e pelo levantamento de necessidades realizado entre profissionais, pesquisas em hospitais e literatura da área.

Pode-se dizer, de forma genérica, que as atividades de Gestão estão direcionadas à oferta de apoio administrativo e logístico a todas as atividades produtivas, qualquer que seja o setor econômico no qual elas se desenvolvam.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2011), órgão vinculado ao Governo do Rio Grande do Sul, responsável pela pesquisa da evolução da força de trabalho e os empregos formais gerados anualmente no estado, apresentou como resultados de sua pesquisa nos últimos cinco anos um crescimento da força de trabalho em 15%, o setor saúde gerou no mesmo período, 26% a mais de novos empregos. Sendo 70% dos trabalhadores

estão concentrados na área hospitalar. O RIO Grande do Sul possui atualmente 355 Hospitais, 12.655 Clínicas e 1.136 Laboratórios de Análises Clínicas, totalizando 14.146 Instituições de Saúde. Assim, é possível identificar a necessidade de se planejar, de forma organizada e sistemática, as atividades de prestação de serviços assistenciais.

O curso visa prioritariamente preencher uma lacuna hoje existente nos estabelecimentos de saúde referente à carência de profissionais graduados preparados para dar suporte em todos os serviços de saúde. Prevê, portanto, dar respostas a um mercado de trabalho cheio de desafios e exigindo profissionais em níveis crescentes de complexidade e constante mutação. Para isso, a organização curricular contextualiza habilidades profissionais com práticas pedagógicas, de modo a contemplar experiências com novas tecnologias, produtos e processos, levando o aluno à resolução de problemas inerentes ao trabalho, com criatividade e flexibilidade.

Temos no país, uma rede hospitalar que conta com 6.742 unidades (dados do CNES-março/2010), dentre instituições públicas e privadas. Já na rede de atendimento ambulatorial são 197.794 unidades, desde consultórios até centros de saúde, onde são oferecidos os mais diversos tipos de serviços de saúde. Face ao mercado de trabalho competitivo, globalização das informações, necessidades dos clientes/usuários e sistema financeiro de saúde, é imperativo que a eficiência e eficácia no apoio administrativo resultem na racionalização de custos em consonância com a nova visão de qualidade em saúde, a qual também inclui a humanização do cuidado na perspectiva do cliente/paciente.

Com a qualificação nesta área o Tecnólogo em Gestão Hospitalar poderá atuar no planejamento, supervisão e execução das diretrizes estratégicas, técnicas e administrativas das empresas hospitalares, ambulatoriais, serviços de diagnósticos e terapêuticos, prestadoras e operadoras de saúde – visando à concretização dos objetivos/metas setoriais no marco da missão/visão institucionais resguardados os parâmetros de qualidade gerencial e assistencial.

Por outro lado, o processo de globalização em curso no mundo do terceiro milênio deixa cada vez mais evidente o valor da informação e da capacidade de criá-la, de geri-la e dela se aproveitar para a criação de riquezas e promover o bem-estar social.

Ademais, as organizações hospitalares, por sua importância na conjuntura mundial, provocam repercussões econômicas, políticas, sociais e culturais: as novas configurações econômicas que vêm sendo delineadas – a crise do Estado e a competitividade – e a própria importância da atividade empresarial têm gerado um movimento internacional que busca o aprimoramento de seus modelos de gestão.

A capacidade das organizações hospitalares – públicas e privadas – de empregar seus recursos de forma mais eficiente e eficaz não somente influencia diretamente seus resultados como também afeta sua capacidade de sobrevivência no mercado.

Os modelos de gestão aplicados às organizações hospitalares têm sido incapazes de acompanhar a evolução pela qual passam tais organizações, seja na área tecnológica, seja na gerencial ou, ainda, quanto à regulação estatal/mercadológica, que busca um atendimento de qualidade com baixo custo.

Para adequar-se a essas mudanças, a administração das organizações hospitalares vem evoluindo da simples integração e do simples funcionamento de seus subsistemas operacionais para um processo mais complexo de diagnósticos e análises gerenciais. O custo crescente dos procedimentos, a incorporação contínua de tecnologia de ponta e a demanda por qualidade de serviços têm obrigado as instituições a selecionar quadros com grau de conhecimento especializado maior a cada instante, esgotando tal demanda nas grandes capitais e tornando dispendioso o investimento na formação direta de tais colaboradores. A grande variedade de conhecimentos que se fazem obrigatórios aos funcionários já é tanta que impossibilita às empresas o treinamento do pessoal de que necessita. A velocidade do desenvolvimento das inovações não permite que amadores sejam aproveitados, como se fazia até há pouco.

Destarte, o Curso de graduação em Gestão Hospitalar vem ao encontro dessa demanda por pessoal especializado – e com grau superior de conhecimento técnico – formando profissionais que acumulam conhecimentos básicos na gestão de empresas

especializadas na área da saúde, sendo um meio efetivo de inserção de novos e qualificados profissionais no mercado de trabalho brasileiro, além de inovar ao proporcionar uma visão macro e micro do ambiente empresarial e de oferecer conceitos e estimular práticas adequadas ao meio organizacional contemporâneo.

Pelo exposto, justificamos o presente projeto, não como um documento estático, nem uma versão definitiva, mas sim, como dinâmico, em constante ajuste e aperfeiçoamento, para implantação do curso de graduação em Gestão Hospitalar, área de Gestão, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

5 - OBJETIVOS

5.1 – Objetivo Geral

O Curso de graduação de Tecnologia em Gestão Hospitalar tem como objetivo capacitar o profissional a gerenciar negócios na área de saúde, seja em hospitais, clínicas, laboratórios, entre outros (com espírito empreendedor) e aplicar as técnicas modernas de administração para otimização de recursos financeiros, materiais, humanos, assistenciais e de equipamentos específicos visando o inter-relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros em geral.

O curso contempla disciplinas de natureza profissional da área de gestão de serviços de saúde. Privilegia uma visão abrangente das disciplinas nas áreas de Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas, Gestão Assistencial e Sistemas de Qualidade em Saúde.

5.2 – Objetivos Específicos

- Habilitar, em nível de graduação tecnológica, profissionais para o gerenciamento de serviços de saúde, apresentando-lhes conceitos, técnicas e correspondente instrumental para a gestão;
- Capacitar profissionais para identificação e análise do desempenho dos serviços de saúde, fundamentando o processo de tomada de decisão em alternativas para a melhoria dos resultados desejados;
- Formar profissionais capazes de analisar de forma crítica o desenvolvimento e as formas de expressão dos conhecimentos na sociedade globalizada, o papel do homem nas organizações na estrutura social atual e desenvolver ações voltadas à redução das vulnerabilidades administrativas para o crescimento e atingimento de resultados eficazes na gestão da saúde.

Ao oferecer este curso a Faculdade de Tecnologia em Saúde – IAHCS tem o objetivo de atender aos princípios norteadores enunciados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Tecnológica e, por sua proposta pedagógica, em especial:

- Independência e articulação com o ensino médio;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- Desenvolvimento de competência para a laborabilidade;
- Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- Atualização permanente do curso através da avaliação do seu currículo;
- Garantia do padrão de qualidade e compromisso com os resultados de aprendizagem;
- Vinculação da educação profissional com o trabalho, ciência, tecnologia e práticas sociais;
- Valorização de experiências extraescolares;
- Atenção às tendências e oportunidades do mercado de trabalho;
- Valorização das formas de aprendizagem que levem o aluno à autonomia intelectual e à iniciativa de manter-se atualizado;
- Oferecer condições para que o aluno desenvolva as competências profissionais requeridas, de modo a favorecer a ampliação de sua esfera de atuação de apoio administrativo nas instituições de saúde e a interação com outros profissionais, a saber:
 - Sintonia com os novos tempos;
 - Percepção do papel de agente transformador da realidade; o Apreensão dos cenários da área da saúde;
 - Conhecimento geral sobre os negócios em saúde;

- Capacidade de repensar as instituições de saúde, em meio a um sistema vivo de mercado, sob a dupla ótica de negócio e assistência;
- Habilidade para o planejamento estratégico e de coordenação de novas técnicas de gestão;
- Sensibilidade para o foco no cliente e na sociedade;
- Percepção da necessidade de envolvimento participativo de pessoas no modelo de gestão;
- Ação centrada em resultados.

Portanto, o tecnólogo em Gestão Hospitalar da Faculdade de Tecnologia em Saúde – IAHCS estará apto a planejar, coordenar, controlar e avaliar as funções inerentes ao seu escopo de atuação nas diversas áreas da Saúde, tanto públicas quanto privadas.

7 - PERFIL DO EGRESSO

O profissional egresso do curso de graduação em Gestão Hospitalar desenvolverá competências técnicas e humanas suficientes para compreender a complexidade das organizações de saúde, dotado de juízo crítico necessário para o gerenciamento destas organizações, tendo como base o conhecimento específico de gestão, estratégia, finanças, contabilidade, modelos de assistência e tecnologias da área hospitalar.

6.1 Competências, Habilidades e Conhecimentos

Obedecendo as modernas exigências, a formação tecnológica em Gestão Hospitalar supõe diferentes habilitações, definidas em relação ao **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser**, expressas, respectivamente, como conhecimentos, competências e habilidades, que visam à formação integral do tecnólogo.

Assim, deseja-se conseguir o mesmo que Delors aponta como pilares para uma aprendizagem ao longo de toda uma vida (Gadotti, 2000). Esses pilares podem ser tomados, também, como roteiro para orientar os docentes rumo ao futuro da educação.

Ou seja:

Aprender a conhecer: prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia e atenção. Inútil tentar conhecer tudo. Isso supõe uma cultura geral, o que não prejudica o domínio de certos assuntos especializados. Aprender a conhecer é mais do que aprender a aprender.

Aprender mais linguagens e metodologias do que conteúdos, pois estes envelhecem rapidamente. Não basta aprender a conhecer. É preciso aprender a pensar, a pensar a realidade e não apenas “pensar pensamentos”, pensar o já dito, o já feito, reproduzir o pensamento. É preciso pensar também o novo, reinventar o pensar, pensar e reinventar o futuro.

Aprender a fazer: é indissociável do aprender a conhecer. A substituição de certas atividades humanas por máquinas acentuou o caráter cognitivo do fazer. O fazer deixou de ser puramente instrumental. Nesse sentido, vale mais hoje a competência pessoal que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mais apta a trabalhar em equipe, do que a pura qualificação profissional.

Hoje, o importante na formação do trabalhador, também do trabalhador em educação e em saúde, é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional.

Essas são, acima de tudo, qualidades humanas que se manifestam nas relações interpessoais mantidas no trabalho.

Aprender a viver juntos: compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não violência, administrar conflitos. Descobrir o outro, participar em projetos comuns. Ter prazer no esforço comum. Participar de projetos de cooperação. Essa é a tendência, no Brasil, como exemplo desta tendência, pode-se citar a inclusão de temas/eixos transversais (ética, ecologia, cidadania, saúde e diversidade cultural) nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que exigem equipes interdisciplinares e trabalho em projetos comuns.

Aprender a ser: desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade e iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. A aprendizagem não pode ser apenas lógico-matemática e lingüística, precisa ser integral.

Finalmente, entre as competências, habilidades e conhecimentos necessários à sua atuação, é fundamental que o curso estimule diferentes oportunidades de comunicação oral e escrita e que ofereça oportunidades de experimentar situações práticas derivadas dos conhecimentos teóricos aprendidos a respeito da gestão hospitalar.

6.2 Competências Gerais

- Perceber a mudança como um processo de melhoria;
- Perceber o meio de trabalho como um meio multicultural;
- Programar modelos gerenciais fundamentados em informação estratégica, para apoiar as atividades de supervisão, avaliação e decisão;
- Identificar e interpretar as diretrizes do planejamento estratégico, tático e do plano diretor aplicáveis a gestão organizacional;
- Utilizar os instrumentos de planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos dos ciclos: pessoal, recursos materiais, financeiro, contábil, produção, sistemas de informação.

6.3 Competências Específicas

- Aplicar instrumentos e técnicas de gestão em estabelecimentos de saúde direcionadas ao controle, avaliação e planejamento de seus recursos;
- Dominar os indicadores de desempenho de estabelecimentos e serviços de saúde;
- Dominar os parâmetros relacionados com área de pessoal da saúde, posicionando o gerenciamento de recursos humanos da organização estrategicamente;
- Identificar políticas e diretrizes na organização de saúde;
- Acompanhar a parte financeira e contábil da organização hospitalar;
- Gerenciar a administração de material e patrimônio das organizações de saúde;
- Acompanhar os fluxos dos Processos das áreas Assistenciais, Apoio e Administrativa;
- Construir conhecimentos quanto à evolução da área (modernização administrativa e tecnológica);
- Dominar a legislação pertinente ao Sistema de Saúde;
- Aplicar os princípios e técnicas da gestão da qualidade, da certificação e acreditação em saúde;
- Dominar a geração das receitas;
- Desenvolver espírito empreendedor;
- Aplicar os princípios da ética, da bioética e da deontologia em saúde.

6.4 - Áreas de Atuação. Mercado de Trabalho

O curso de graduação em Gestão Hospitalar proporcionará ao futuro gestor a possibilidade de atuar nas seguintes áreas do mercado de Gestão em Saúde:

- Básicas, Atividades administrativas de organizações privadas: Hospitais, Centros Médicos, destinadas à normatização, orientação e assistência à saúde pública: INSS Nas estruturas administrativas de organizações públicas: Hospitais, Postos de Saúde, dentre outras;
- Repartições Públicas, Fundação Nacional da Saúde, dentre outras, incluindo estaduais e municipais;
- Empresas Privadas: SPAS; de Home Care; indústria; comércio; de lazer; de terceirização de serviços de saúde, como laboratórios, de higienização, lavanderias, dentre outras;
- Instituições do Terceiro Setor: ONGs e OSCIPs;
- Em consultorias e assessorias;
- Em outras áreas no campo da saúde: Gestão de materiais; Custos hospitalares; Serviços hospitalares e intermediários; Documentação hospitalar; Qualidade em serviços hospitalares; Recursos humanos; Sistemas de informações; Serviços de atendimento ao paciente; o Legislação das áreas de saúde.

7- CARGA HORÁRIA DO CURSO

A Carga Horária Total do Curso será de 2.600 horas.

8- MODALIDADE

O curso oferecido é na modalidade presencial.

9 – TURMAS, TURNOS E NÚMERO DE VAGAS

O curso será semestral, composto por duas turmas por semestre, com 50 alunos em cada turma, uma no turno da manhã e outra no turno da noite, totalizando, em consequência, 200 (duzentas) vagas anuais.

10 – METODOLOGIAS DE ENSINO

O alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologias de Ensino sejam adequadas a essas finalidades. A consideração às inteligências múltiplas, à autoestima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir, ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo.

Em termos de recursos tecnológicos a Faculdade estimula o uso do Portal Educacional (sistema Perseus) como instrumento de comunicação e orientação das atividades para o Docente e Discente. Incentiva também o uso de recursos multimídia em sala de aula, do laboratório de informática, da biblioteca digital, comunicação e atividades via internet e redes sociais, entre outros.

Como se sabe, por meio do diálogo crítico com autores clássicos e contemporâneos e do debate em sala de aula, teorias vão se consolidando para permitir que estudos de casos, seminários e verificações in loco de realidades diversas contribuam para o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para a prática profissional exitosa. Além disso, não se podem ignorar os pilares da educação para o século XXI, nem se furtar aos parâmetros da educação planetária para tornar o educando um profissional competente e consciente de seu papel no mundo moderno.

O curso proposto tem como eixos orientadores a formação do tecnólogo e a pesquisa como princípio educativo. Sendo assim, possibilitará a apropriação dos conhecimentos específicos e das estratégias necessárias à atuação profissional responsável, ética e favorecedora da promoção da saúde da população.

A proposta deste curso é associar a teoria à prática, a pesquisa ao ensino, desenvolvidos ao longo de todas as disciplinas, priorizando o processo, a compreensão, a capacidade de aprender a aprender e de exercitar o pensamento complexo experimentado criticamente, em vez de acumular informações não refletidas e repeti-las passivamente.

Para construir metodologia adequada a essa intenção é necessária sólida teoria que dê suporte à prática, bem como um conjunto de atitudes, técnicas e práticas educacionais que reflitam os princípios nos quais se apóiam, pormenorizados a seguir.

10.1 – Princípios

10.1.1 - Pesquisa como suporte da ação

Como produtora de inúmeras visões sobre o processo de formação e como princípio de vivência prática, a pesquisa deve ser o suporte dos processos de ensino e de aprendizagem, além de elemento dinamizador do currículo. Em vista disso, os conhecimentos serão construídos através de atividades de aprendizagem que priorizem o pensamento complexo, relações de interdisciplinaridade, diferentes formas de apropriação cultural e de construção de saberes.

A pesquisa auxilia alunos e professores a formalizar, validar e/ou reformular o que já conhecem a partir da prática. Permite ainda que o tecnólogo ultrapasse uma visão simplista de mero reprodutor de aprendizagens não refletidas e que se coloque como potencial

produtor de conhecimentos, definidor de práticas mais coerentes com o fazer cotidiano e, principalmente, dos melhores meios para exercer seu compromisso social de atuar em prol da qualidade dos serviços de saúde, responsabilidade ética intransferível dos profissionais dessa área.

Nesse processo, a pesquisa é procedimento valioso, que se concretiza tanto nas disciplinas teóricas quanto nas teórico-práticas, componentes da formação do tecnólogo. Num tempo em que os recursos disponíveis para a avaliação e o diagnóstico a respeito dos diferentes âmbitos da saúde humana, como nas demais áreas do saber e do desenvolvimento científico e tecnológico, evoluem com enorme rapidez, não é possível pretender abarcar individualmente toda essa vertiginosa produção. Torna-se, no entanto, imprescindível, nos processos de formação, desenvolver a capacidade de buscar informações e de aprender a aprender, habilitando a formular uma atitude científica e de autonomia intelectual frente às inovações e tornando o tecnólogo capaz de problematizar os novos conhecimentos e apropriá-los criticamente ao seu fazer.

10.1.2 - Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade está diretamente relacionada ao contexto do mundo contemporâneo, onde diferentes informações e certezas provisórias impõem nova postura diante do conhecimento, percebido como processo dinâmico, integrador e em permanente diálogo com o lugar em que é produzido ou onde é mobilizado. Não é um modo de ensinar ou aprender, mas uma relação de reciprocidade que depende de mudança de atitude diante do conhecimento, substituindo uma concepção fragmentária por uma concepção unitária do ser humano, indicando, portanto, um modo de pensar.

Toda a prática interdisciplinar tem seu ponto de partida e de chegada na ação e mobiliza diferentes áreas do conhecimento a partir da consciência de que a realidade é fragmentada e provisória. Daí a intenção de criar movimentos que favoreçam o estabelecimento de relações, tendo como ponto de convergência a ação que se desenvolve num trabalho cooperativo e reflexivo. Nesse movimento, os diferentes conteúdos a conhecer são valorizados como instrumentos da cultura e são considerados necessários para que haja avanço na formação, não como um fim em si mesmo.

No âmbito de um curso de formação tecnológica, a interdisciplinaridade proporciona que os aprendizes se apercebam como sujeitos da própria ação, sejam estimulados para a investigação, a descoberta e a construção coletiva de conhecimentos, ampliando a capacidade de interagir com o meio físico e social.

Em consequência, a interdisciplinaridade desafia a manutenção de uma abordagem global da realidade, centrada não só no que é transmitido, mas no que é construído também. Relativamente à área da saúde, a prática interdisciplinar mobiliza a capacidade humana para aprender a aprender, o que assegura a possibilidade de desenvolvimento de competências importantes para o curso, concretizando relações entre disciplinas em prol do exercício profissional mais fundamentado e refletido.

10.1.3 - Articulação entre teoria e prática

Na formação tecnológica, o objeto de estudo e de aplicação é o exercício profissional como prática que resulta a um só tempo, de conhecimento científico e de compromisso social. Em outras palavras, não se pode considerar uma concepção dualista, que considera a teoria como preparação para o exercício da prática, mas, ao contrário, a formação do tecnólogo caracteriza-se pela reflexão teórica que se desenvolve simultaneamente à observação empírica, condição para avançar no processo reflexivo que qualificará a formação.

Como forma de construir possibilidades de aproximação do aluno com seu objeto de estudo, o IAHCs, por ser oriundo das instituições de classe representativas do setor, já mantém estreita integração com hospitais, clínicas e serviços de saúde de Porto Alegre e da Região Metropolitana, através de parcerias e convênios que se concretizam em espaços para aulas práticas, estágios profissionais, observações relativas às diferentes formas de atuação no âmbito tecnológico e de gestão.

Também diferentes atividades de extensão e de pesquisa, já tradicionalmente promovidas pela Instituição (tais como cursos de especialização lato sensu ou salões de

extensão e iniciação científica) oferecem oportunidades de estreitamento de relações das diferentes especialidades da área da saúde, bem como espaços para observação e vivências teórico-práticas, interdisciplinares que repercutem positivamente no ambiente de sala de aula, contribuindo para a formação dos alunos e o desenvolvimento das atividades curriculares.

10.1.4 - Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão

Embora tratada numa perspectiva mais modesta do que a que é requerida numa estrutura universitária, o IAHCs reitera seu compromisso de manter a Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, já que supõe que a relação de ensino e aprendizagem em nível superior, em qualquer modalidade, não pode prescindir da pesquisa, e que a extensão é o principal elemento da formação tecnológica.

Sendo assim, os alunos no âmbito da competência de administrarem sua formação continuada, também considerada imprescindível na área tecnológica, face à aceleração dos recursos disponíveis na área, serão motivados a se engajar em diferentes atividades, buscando a melhoria constante de seu trabalho.

Está prevista também possibilidade de convivência com outras áreas e outros níveis de formação, além de oportunidade de avaliar aptidão para atividades de pesquisa formal e oportunizar que os alunos se transformem em sujeitos do processo de formação.

11- AVALIAÇÃO

A avaliação do curso implica participação e cooperação entre todos. É uma etapa constitutiva e permanente do processo de construção de competências habilidades e conhecimentos, e verifica o impacto que as transformações operam sobre o contexto de atuação.

A dinâmica curricular requer um acompanhamento constante para que possa estabelecer uma relação entre os princípios norteadores do projeto e a prática desenvolvida, no sentido de promover uma real formação de qualidade, envolvendo a avaliação do processo ensino-aprendizagem e avaliação do projeto pedagógico do curso, a seguir explicitados.

11.1 - Avaliação do processo ensino-aprendizagem

Considerando o processo ensino-aprendizagem, a avaliação supõe reflexão permanente do professor a respeito do processo de aprendizagem, que tem o aluno como sujeito, tendo em vista identificar potencialidades e fragilidades a fim de um provável replanejamento do processo de ensino.

Assim, para atender necessidades teórico-metodológicas do projeto, a avaliação deve proporcionar reflexão a respeito dos conhecimentos estudados. Para tanto, convém que se baseie em instrumentos diversificados, que se preocupe principalmente com o processo de desenvolvimento de competências, com a compreensão, apropriação e construção do conhecimento.

Tendo em vista a formação tecnológica, no âmbito cognitivo, a avaliação priorizará a capacidade de deliberação com base nos conhecimentos adquiridos, a capacidade de julgar as próprias ações, atendendo as circunstâncias concretas nas quais são produzidas, de analisar as consequências das ações como portadoras de valores que implicam relação com a saúde dos pacientes e de transferir aprendizagens construídas para novas situações.

No âmbito da formação pessoal, a avaliação observará a autonomia para tomar decisões, a responsabilidade a respeito das próprias decisões e a capacidade de assumir alternativas com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso, articulando os meios disponíveis às metas que necessita alcançar.

Neste sentido, o Curso de graduação em Gestão Hospitalar, da Faculdade de Tecnologia em Saúde – IAHCs preconiza a importância do professor e do aluno como peça essencial para se atingir o projeto institucional de qualidade.

O sistema utilizado vislumbra aspectos que contribuem para o aprimoramento constante do curso, tais como:

- a) relação entre a teoria e a prática profissional em cada disciplina;
- b) didática;
- c) planejamento estratégico educacional;
- d) administração educacional;
- e) adequação da carga horária das disciplinas ao conteúdo tratado em sala de aula;
- f) disponibilidade do professor.

11.2 - Avaliações do Projeto Pedagógico

A gestão do projeto pedagógico ora apresentado requer acompanhamento sistemático e continuado, realizado por equipe representativa dos diferentes segmentos atingidos.

Assim, o processo envolverá alunos, professores e funcionários interessados no aperfeiçoamento da proposta nas seguintes atividades:

- a) no início dos períodos letivos: discussão dos programas, conteúdos, metodologias e processo de avaliação entre professores e alunos que integram cada disciplina;
- b) reuniões entre alunos e Coordenação do Curso, no final de cada período letivo, para avaliar procedimentos pedagógicos utilizados durante o semestre, visando, essencialmente, investigar as disfunções de correção emergencial de caráter pedagógico e administrativo, caracterizando-se como avaliação qualitativa para um melhor desenvolvimento do semestre letivo seguinte. Questionários também poderão ser aplicados;
- c) (re) organização da orientação acadêmica a partir das indicações do item b, com vistas a aperfeiçoar o projeto pedagógico e suas formas de execução e comunicação para a comunidade acadêmica.

12 – SUPORTE PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

A existência de um plano institucional de capacitação dos seus recursos humanos representa a preocupação do IAHCS em investir na qualidade de ensino. Conta com um corpo docente que ascende a uma centena de professores com cursos de especialização a de doutores e, em vista disso, a capacitação e a qualificação dos docentes contribuem com as novas exigências educativas, bem como o atendimento das necessidades do contexto, em busca de melhores soluções para problemas que decorrem de mudanças no âmbito da saúde ou da aceleração dos recursos técnicos disponíveis para a qualificação do atendimento aos clientes dessa importante área.

Em vista disso, é intenção do IAHCS possibilitar a técnicos e docentes o contínuo aperfeiçoamento de sua prática, de modo a assegurar a excelência do ensino que se realiza em seu ambiente de aprendizagem, elevando ao nível de formação e qualificação acadêmica.

O Plano Institucional de Capacitação se propõe a auxiliá-los a alcançar as metas traçadas no planejamento estratégico instituído pela Faculdade com projeção para finalização em dez anos. Com a oportunidade de qualificar formalmente em nível de pós-graduação ao maior número possível de docentes, conforme critérios regulados em seu Regimento possibilitará o reconhecimento da ação pedagógica do IAHCS. Serão concedidos, sempre que houver dotação orçamentária, auxílios para apresentação de trabalhos relacionados à ação docente no espaço do IAHCS em eventos da área da saúde, com vistas a consolidar relações de troca e o avanço da formação continuada dos educadores e técnicos em geral.

13- RESULTADOS ESPERADOS

A formação de tecnólogos em gestão hospitalar, a partir do projeto pedagógico ora formulado, pretende colaborar para a melhoria da oferta do ensino a favor desse profissional, estreitando seus laços de articulação com outros profissionais da área da saúde e favorecendo interdisciplinaridade. Tendo em vista a formação tecnológica, espera-se também

articular teoria à prática, rompendo com a visão compartimentada do conhecimento e colaborando para o avanço das práticas de atenção à saúde.

14– PROCESSO DE SELEÇÃO

O acesso de ingressantes ao Curso realizar-se-á por meio de Processo Seletivo (Vestibular), específico para o curso, de acordo com normas fixadas pela Direção Geral da Instituição em Edital público, assegurado o cumprimento da legislação vigente.

Também, admite-se, como ingressante, sem necessidade do Processo Seletivo (Vestibular), candidato diplomado, comprovadamente, em outro curso superior, ou transferido de outra Instituição de Educação Superior, mediante análise do Histórico Escolar e Plano das Disciplinas do curso concluído, ou a concluir, ou por meio de transferência ex-officio.

14.1 – Exigências para a Matrícula

Após o processo seletivo, os alunos aprovados deverão, no ato da matrícula, apresentar os seguintes documentos à Secretaria da Faculdade: cópia da carteira de identidade, cópia da certidão de nascimento ou casamento, duas fotos 3x4, cópia do CPF, cópia do título de eleitor e da comprovação da participação no último processo eleitoral, certificado de conclusão do Ensino Médio e, se for o caso, certificado de reservista.

A não efetivação da matrícula dentro do prazo previsto implica na perda de vaga que será preenchida pelo candidato excedente, respeitados os critérios do processo de seleção.

15– CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

As turmas serão organizadas a partir do resultado do processo seletivo, com o número de 50 (cinquenta) alunos, desde que atenda a capacidade da sala de aula na forma legal. Haverá uma lista de classificados na espera, que poderão ser aproveitados em uma chamada seguinte, com a desistência de alunos até a época hábil de iniciar o ano letivo.

16– CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os métodos de aproveitamento de conhecimentos que a Faculdade adotará incluem comprovação de experiência na área afim, utilização de uma avaliação escrita e prática a ser realizada por comissão de docentes da instituição, além de uma entrevista do candidato com o Coordenador do Curso, para obter informações mais precisas a respeito de experiências anteriores.

17– CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

O Critério de Avaliação de Aprendizagem do curso obedecerá ao que estabelece o Regimento da Faculdade em capítulo e através dos seguintes artigos:

Capítulo IV

Da Avaliação do Rendimento Escolar e do Sistema de Avaliação

Art. 64 – A avaliação do aproveitamento do aluno de regime didático anual, semestral e especial, em cada disciplina e em atividades complementares, obedecerá a normas definidas pela Direção da Faculdade.

Art. 65 – Em cada período letivo é atribuída ao aluno, em cada componente curricular regularmente cursado, uma nota que representa a média das notas obtidas em instrumentos de avaliação presenciais, cujos pesos e datas de ocorrência estão previstos nos respectivos Planos de Ensino.

Art. 66 – O aproveitamento escolar é expresso por meio de graus numéricos, em valores de zero (0) a dez (10), computados até a primeira casa decimal, sem arredondamento.

Art. 67 – Considera-se aprovado no componente curricular, o aluno que tiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas e obtiver nota de

aproveitamento igual ou superior a seis (6), resultante da média aritmética simples das notas obtidas durante o período letivo, independentemente de exame final.

Parágrafo Único – O aluno que não realizar uma das avaliações previstas no Plano de Ensino de cada componente curricular, deverá submeter-se à recuperação final (G3), não havendo provas substitutivas, exceto nos casos de Ausência Autorizada

Art. 68 – Deverá submeter-se a uma recuperação final (G3) no fim do período letivo, versando sobre os aspectos ainda não vencidos no nível requerido para aprovação da disciplina, o aluno que alcançar média inferior a seis e não inferior a três e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas.

Parágrafo Único – Será considerado aprovado o aluno que obtiver média final de no mínimo seis (6), resultante da média aritmética simples da recuperação final (G3) e uma das médias de avaliações (G1 ou G2) escolhida pelo aluno.

Art. 69 – Poderá solicitar data especial de prova o aluno que, não tendo comparecido a prova final, comprove impedimento legal ou motivo de doença (ausência autorizada).

Art. 70 – Poderá solicitar data especial de recuperação final (G3) o aluno que, não tendo comparecido à recuperação final (G3), comprove impedimento legal ou motivo de doença (ausência autorizada).

§ 1º – A recuperação final (G3) em data especial será realizada até oito (8) dias após a recuperação final (G3) e deverá ser requerida pelo interessado, ou por procurador legalmente constituído, no prazo de quarenta e oito (48) após a data da recuperação final (G3) que não compareceu.

§ 2º – Para ser considerado aprovado, o acadêmico deverá realizar a prova final em data constants no Calendário e obter nota mínima de seis (6)

Art. 71 – Há possibilidade de revisão de nota de um componente curricular, a partir de requerimento em formulário próprio, junto à Secretaria Acadêmica da Faculdade, efetivados pelo interessado e dirigido ao respectivo professor, no prazo de 24 horas após a divulgação do resultado.

§ 1º – O professor analisa o pedido de revisão da nota, podendo mantê-la ou alterá-la, devendo fundamentar a sua decisão por escrito.

§ 2º – Caso o acadêmico não aceite a decisão do professor, pode solicitar Recurso ao Coordenador de Curso, desde que fundamente, de forma convincente, as razões de sua pretensão.

§ 3º – O Coordenador do Curso, se necessário, vai submeter o referido pedido de Recurso também à apreciação de outro professor do Curso. Se concordar na alteração da nota, esta decisão é que prevalece, caso contrário é mantida a nota atribuída pelo professor regente.

18 – ESTRUTURA CURRICULAR

18.1 - Componentes Curriculares.

A estrutura curricular prevista é desenvolvida em seis semestres letivos, perfazendo um total de 2600 horas, distribuídas em cinco módulos, com certificação ao término de cada um deles aos acadêmicos com frequência e aproveitamento exigidos regimentalmente.

Ao término do primeiro ano letivo (dois semestres, 800hs/a), o egresso é certificado como Assistente Administrativo de Serviços Hospitalares. Ao término dos semestres subsequentes o acadêmico receberá certificado em: Supervisor em Controladoria (1200hs/a); Supervisor de Hospedagem e Orientação Hospitalar (1600hs/a); Assessor em Marketing e Estatística Hospitalar (2000hs/a) e o diploma em Tecnólogo em Gestão Hospitalar o aluno concluinte com frequência e aproveitamento conforme previsto na legislação e regimento da Faculdade (2600hs/a). Certificações estas compatíveis com as exigências e necessidades do mercado de trabalho na área de Gestão Hospitalar.

Atendendo a resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004 e o previsto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008 para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da

História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, o NDE do curso optou em permear os conteúdos deste ensino em várias disciplinas que serão desenvolvidas ao longo dos semestres, por entender que dessa maneira o aluno irá construindo o conhecimento com atribuição de valores e responsabilidade social. Esses conteúdos estão incluídos nas disciplinas de Fundamentos e Práticas da Gestão Hospitalar, Políticas de Saúde no Brasil e Empreendedorismo, previstas para o 1º semestre; no 2º semestre nas disciplinas de Gestão de Recursos Humanos e Direito Aplicado à Gestão Hospitalar; no 5º semestre disciplina de Ouvidoria Hospitalar e no 6º semestre na disciplina de Tópicos Contemporâneos em Saúde Pública, como pode ser vistos nas respectivas ementas das disciplinas mencionadas.

Integram também a grade curricular do curso as disciplinas optativas oferecidas ao longo do curso. É obrigatório a todos os alunos matriculados no curso o desenvolvimento de uma delas.

A grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, a seguir detalhada, tem a finalidade de apresentar uma visão geral do curso, informar as disciplinas por semestre, os créditos, a carga horária e a organização dos conteúdos por semestre (ementas e bibliografia vinculadas às disciplinas).

18. 2 – Ementas, Conteúdos e Bibliografia das Disciplinas por Semestre

As disciplinas ofertadas, caracterizadas por suas ementas, com suporte em bibliografia atualizada, contribuem para a construção gradual do perfil do egresso. Os temas abordados são compatíveis com os desafios da construção do conhecimento de cada área selecionada. Sua seleção leva em conta o perfil do egresso proposto e a experiência acadêmica e profissional dos docentes, que participaram ativamente na construção da proposta e que vai desenvolvê-la.

1º Semestre

Fundamentos e Práticas da Gestão Hospitalar

Teoria Geral de Administração. Os fundamentos, os objetivos, a estrutura, a organização e o funcionamento da gestão hospitalar. Estrutura de Sistemas de Saúde: tendências mundiais, fins e evolução no Brasil. Aspectos culturais étnico-sociais que influenciam a prática da gestão e a consolidação de democracia brasileira. Manuais e rotinas de trabalho. Sistemas de organogramas, fluxogramas e demais representações gráficas dos processos de delegações e atribuições de funções em saúde. Sistemas e procedimentos de controles internos administrativos e gerenciais. Sistemas de acompanhamento de desempenho quantitativo e financeiro.

Bibliografia Básica

BORBA, Valdir Ribeiro. Teoria Geral de Administração Hospitalar. Estrutura e Evolução do Processo de Gestão Hospitalar. Rio de Janeiro: Edit. QualityMark, 2006.

JACQUES, Jacques Edison. Gestão Hospitalar. São Leopoldo (RS): Edit. Unisinos, 2006.

MAXIMIANO, Antonio C. A. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar

BORBA, Valdir Ribeiro. Do Planejamento ao Controle da Gestão Hospitalar. Rio de Janeiro: Edit. QualityMark, 2009.

PEREIRA, Luciane Lúcio; GALVÃO, Claudia Raffa; CHANES, Marcelo (Org.). Administração hospitalar: instrumento para gestão profissional. São Paulo: Loyola, 2005.

MALAGÓN-LONDONO, Gustavo; MORERA, Galán; LAVERDE, Pontón. Administração hospitalar. 2 ed. Rio de Janeiro: Edit. Guanabara Koogan, 2003. MAXIMIANO, Antonio C. A. Fundamentos de Administração: Manual Compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2004.

ZOBOLI, Elma Lourdes C. P. Ética e a Administração Hospitalar. São Paulo: Edit. Loyola, 2002.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-brasileira. São Paulo: ed. Contexto, 2009.

Política de Saúde no Brasil

O conceito de política social. A política de saúde como parte das políticas sociais no Brasil e sua importância para a estabilização da ordem sócio-política, destacando a importância atribuída em nosso País pela introdução de disciplinas que abordam as relações Étnico-raciais e a Cultura Indígena. Aspectos da economia e da saúde no Brasil. A proposta constitucional de criação do Sistema Único de Saúde e seus princípios. A organização do sistema de saúde brasileiro, seus componentes organizativos e projetos de reorientação, com base na doutrina da reforma sanitária e na proposta do Sistema Único de Saúde - SUS.

Bibliografia Básica

MENICUCCI, Telma. Público e privado na política de assistência à saúde. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: www.cienciapolitica.or.br/EPP4_telma.pdf.

SENAC. Fundamentos da Saúde. Rio de Janeiro: Edit. Senac Nacional, 2006. SILVEIRA, Mário M. Política Nacional de Saúde Pública. São Paulo: Edit. Revan, 2005.

SOBRAVIME. Sistema Único de Saúde em Dez Anos de Desafio. São Paulo: SOBRAVIME, 2002.

MUNDURUKU, Daniel. O Caráter do Movimento Indígena Brasileiro. Porto Alegre: Ed. Paulinas, 2012.

Bibliografia Complementar

ABRANTES, Marcelo Militão. Sistema Único de Saúde. São Paulo: Edit. Rona, 2005. BARROS, Maria E. et al. Política de saúde no Brasil: diagnóstico e perspectivas. Brasília, 1996. Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td_401.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde, Assessoria Técnico-Gerencial. Saúde no Brasil.

LUZ, Madel. Novos Saberes e Práticas em Saúde Coletiva. 2 ed. São Paulo: Edit. Hucitec, 2005.

A Inclusão da História Africana no Tempo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/t_jensen.htm).

Ética, Bioética e Responsabilidade Social

Conceito de Ética. Princípios fundamentais da ética. Procedimentos éticos voltados a Organizações e Sistemas de Saúde. Os paradigmas que respaldam o planejamento e a ação dos profissionais da área da gestão da saúde: o ser humano integral, os condicionantes e determinantes do processo saúde-doença, os princípios éticos, as normas do exercício profissional, a qualidade no atendimento, a preservação do meio ambiente e o compromisso social com a população. Os códigos de ética das categorias da área da Saúde. Ética e trabalho: a questão dos meios e dos fins no trabalho em saúde, conflitos entre dimensão pública e privada da ética e bioética.

Bibliografia Básica

BERLINGUER, Giovanni. Bioética cotidiana. Brasília: UNB, 2004.

SCHRAMM, Fermin Roland; BRAZ, Marlene. Bioética e Saúde: novos tempos para mulheres e crianças? Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

CHAUI, Marilena. Convite a Filosofia. 13 ed. São Paulo: Ática, 2003.

SÁNCHEZ, Vasques Adolfo. Ética. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Bibliografia Complementar

ANGERAMI-COMON, Valdemar A (org). A Ética na Saúde. São Paulo: Thomsom Pioneira, 2002.

SEGRE, Marco. A Questão Ética e a Saúde Humana. São Paulo: Atheneu, 2006.

Epidemiologia: Bases e Métodos Quantitativos em Saúde

Os Métodos Quantitativos e a Epidemiologia. Prevenção de doenças. Incidência e prevalência. Modelos gerais de investigação de hipótese em Epidemiologia. Aplicação das ferramentas de análise de gestão na saúde. A utilização da estatística na gestão hospitalar. Métodos quantitativos e lógicos. Métodos estatísticos, científicos, experimentais na gestão moderna. Elaboração de gráficos e tabelas.

Bibliografia Básica

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MERCADO, Francisco Javier (Org.). Pesquisa Qualitativa de Serviços de Saúde. Petrópolis: Vozes, 2004.

CURY, Geraldo Cunha. Epidemiologia Aplicada ao Sistema Único de Saúde/Programa de Saúde da Família. Belo Horizonte: Médica CoopMed, 2005. VIEIRA, Sônia. Bioestatística. São Paulo: Campus, 2004.

Bibliografia Complementar

VIDAL, Marques. Estatística Prática para as Ciências da Saúde. São Paulo: Lidel, 2005.

KATZ, David L.; ELMORE, Joahn G.; JEKEL, James F. Epidemiologia, Bioestatística e Medicina. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Empreendedorismo

Características de um empreendedor, técnicas e procedimentos. As motivações e as competências específicas do empreendedor. Encargos e riscos inerentes ao trabalho inovador. Atuação nas organizações de saúde de forma inovadora. Identificação de oportunidades potenciais de negócios nas organizações de saúde. Plano de negócios na área da saúde.

Bibliografia Básica

BERNADI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão. São Paulo: Atlas, 2007.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo - Transformando Idéias em Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINCHOT, Gifford, PELLMAN, Ron. Intra-empendedorismo na Prática - um guia de inovações nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SALIN, César Simões; HORCHMAN, Nelson; RAMAL, Andrea Cecília; RAMAL, Silvina Ana Ramal. Construindo Plano de Negócios. Todos os Passos Necessários para Planejar e Desenvolver Negócios de Sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2004.

FARIA, Marília de Sant'Anna; TACHIZAWA, Takechi. Criação de Novos Negócios: Gestão de Micros e Pequenas Empresas. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEITE, E. O fenômeno do empreendedorismo. Recife: Bagaço, 2000.

PETERS, Michael. HISRICH, Robert D. Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MAXIMIANO, Antonio C. A. Administração para empreendedores. São Paulo: Edit. Pearson Prentice Hall, 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

2º Semestre

Tecnologia da Informação em Organizações Hospitalares

Informação e informática em saúde. Introdução ao uso da informação em saúde para apoio à decisão gerencial. Conceito de Sistema de Informações Gerenciais/SIG; O uso e principais softwares usados em saúde; Sistemas de Informação em Saúde; Sistema de Informação Hospitalar; Gestão da informação hospitalar; Sistemas Administrativos Hospitalares; Sistema de Pacientes; Sistema de Assistência Médica; Implantação de SIG em Organizações e Sistemas de Saúde.

Bibliografia Básica

Branco MAF. Informação e Saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2006.

MENDES, E.V.: Os sistemas de Serviços de Saúde: o que os gestores deveriam saber sobre estas organizações complexas. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2002.

MORAES, Ilara Hammerlis. Política, Tecnologia e Informação em Saúde. Rio de Janeiro: Cada da Qualidade, 2002.

OLIVEIRA, Jayr F. T. I. C. Tecnologias da Informação e da Comunicação. São Paulo: Érica, 2003.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática - conceitos básicos. 1ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Bibliografia Complementar

MOTA E & CARVALHO DAT. Sistemas de Informação em Saúde. In: ROUQUAYROL MZ & ALMEIDA FILHO N. (org.). Epidemiologia & Saúde. 6ª. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

SANCHES KRB, CAMARGO JR KR, COELI CM, CASCAO AM. Sistemas de informação em saúde. In: MEDRONHO (Org.). Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2002.

SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na Empresa. 2ed. São Paulo: Atlas, 2003. BRASIL. Ministério da Saúde. Sistemas e Aplicativos do DATASUS. Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/DATASUS/datasus.php?area=361A3B0C0D0E0F361G4HIJd3L4M0N&VInclude=../site/texto.php>. Último acesso em julho de 2009.

Gestão de Custos em Organização Hospitalar

Conceitos básicos de custos; Objetivos e aplicação da gestão de custos em organizações de saúde; Sistemas, princípios e métodos de custeio Hospitalar; Custeio Unitário; Custeio Direto; Custeio Variável; Custeio por Absorção; Metodologia para implantação de um sistema de custeio em organizações de saúde através de sistemas informatizados; Relatórios Gerenciais.

Bibliografia Básica

GARRISON, Ray H. Gestão de custos para hospitais: conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Domingos. Custeio hospitalar por atividades. São Paulo: Atlas, 2002. MATOS, Afonso José de. Gestão de custos hospitalares: técnicas, análises e tomada de decisão. 3. ed. São Paulo: STC, 2005.

WERNKE, Rodiney. Gestão de custos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2004.-.

Bibliografia Complementar

BEUKLE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. Gestão de Custos e resultado na saúde: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. CHING, Hong Y. Manual de Custos de Instituições de Saúde. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Domingos. Custos e orçamentos hospitalares. São Paulo: Atlas, 2000. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos: inclui o ABC. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO FILHO, José Francisco. Controladoria hospitalar. São Paulo: Atlas, 2005.

Gestão Financeira e Orçamentária

Utilização eficiente dos recursos orçamentários e financeiros através do emprego de métodos de orçamentação. Sistemas Informatizados. Gestão Financeira. Métodos de Previsão das Receitas e das Despesas. Controle e Método Gerencial. Atuando sobre Receitas e Despesas. Contingenciamento de Gastos. Prestando Contas.

Bibliografia Básica

BALDAM, Roquemar; VALLE, Rogério; CAVALCANTI, Marcos. GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos. São Paulo: Érica, 2002.

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio J. Gestão de Custos e Resultados na Saúde. 3ed. São Paulo: Saraiva 2005.

ZDANOWICZ, José E. Fluxo de Caixa: uma Decisão de Planejamento e Controle Financeiro. 3ed. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2004..

Bibliografia Complementar

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Pearson, 2004.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2003. MOREIRA, José Carlos. Orçamento Empresarial. São Paulo: Atlas, 2002..

Gestão de Pessoas

Políticas e práticas da Gestão de Pessoas em Saúde, com destaque do combate ao preconceito, ao racismo e redução das desigualdades. A Gestão de RH em Saúde. Objetivos, Políticas e Estratégias. Recrutamento, Seleção e Avaliação de Pessoal. A Gestão Estratégica de RH. A Gestão de Pessoas por competências. A Atração de Competências para as Organizações. Formação Profissional e Desenvolvimento de Pessoas. Avaliação de Performance. Outras Dimensões da Gestão de Pessoas: Qualidade de Vida, Organização sindical, Sindicalismo, Convenção coletiva. A CLT, Legislação específica aplicável: ao ciclo de pessoal, a normas de saúde, segurança do trabalho e legislação sanitária.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, I. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2001..

BARBULHO, E. Recursos Humanos Tornando Sua Empresa Mais Competitiva. São Paulo: Madras, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de Pessoas. Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas. 1ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Brasil. Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnorraciais. Brasília: MEC/Secad, 2006.

Bibliografia Complementar

BATITUCCI, Marcio Dayrrell. Equipes 100%. 1ed. Rio de Janeiro: Makron, 2002. GRAMIGNA, Maria Rita. Modelos de Competências e Gestão dos Talentos. 1ed. Rio de Janeiro: Makron, 2001.

MILKOVIC, George T.; BODREAU, John W. Administração de Recursos Humanos. 1ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IPEA. Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada, 2008.

Direito Aplicado à Gestão Hospitalar

Noções básicas de direito. Direitos e obrigações advindos da Constituição Federal de 1988. Responsabilidade Civil. Conceituação de previdência pública e privada. Função social. Apresentando as Leis 10639/2003 e 11645/2008, focalizando as responsabilidades de combate ao preconceito e o racismo no nosso país. Conceituação de serviços de saúde. Defesa na esfera administrativa. Defesa judicial. Planos de saúde: direitos e obrigações.

Bibliografia Básica

ACIOLE, Giovani Greyel. A saúde no Brasil: cartografias do público e do privado. São Paulo: Hucitec; Campinas/SP: Sindicato dos Médicos de Campinas e Região, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Edição Atualizada. MARTINS, Sérgio Pinto. Fundamentos de Direito da Seguridade Social. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Delúbio Gomes Pereira da. Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Brasil. São Paulo: LTR, 2003.

SÉGUIN, Elida. Plano de Saúde. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005.

Bibliografia Complementar

MARQUES, Claudia Lima. Os Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SCHWARZ, Germano André; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. A Tutela Antecipada no Direito a Saúde - a Aplicabilidade da Teoria Sistêmica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e da outras providências. DOU, de 9 janeiro. 2003.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm

BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".DOU de 11 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

3º Semestre Auditoria em Saúde

Introdução, conceitos básicos e finalidades da auditoria. Tipos de auditoria. Legislação e normas dos sistemas de controle de auditoria em saúde. Auditoria hospitalar como contribuição para a melhoria de qualidade. Planejamento do trabalho de auditoria. Demonstrações financeiras a serem auditadas. Exercícios práticos. Parecer. Relatório.

Bibliografia Básica

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Manual Brasileiro de Acreditação das Organizações Prestadoras de Serviços Hospitalares. Brasília, DF. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/servicosauade/acreditacao/manuais/index.asp>

HALTON, Tim. Auditoria da Qualidade. São Paulo: Saraiva, 2005.

LOVERDOS, Adrianos. Auditoria e Análise de Contas Médico-Hospitalares. 2ed. STS, 1999.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Marcelo C. Auditoria – Um Curso Moderno e Completo. 6ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: www.anvisa.gov.br

JUND, Sergio. Auditoria. 8ed. Niterói (RJ): Impetus Elsevier, 2006. HARTZ, Zulmira.

Avaliação em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

Logística Operacional Hospitalar

Gestão de Materiais: conceitos, objetivos, importância e tendências. Funções básicas e importância do Sistema de Administração de Materiais: relacionamento funcional e órgãos componentes de sua estrutura. Classificação e especificação de materiais hospitalares: modelos, técnicas e exemplos. Sistema de controle e gerenciamento de estoques: métodos, fórmulas e gráficos. Armazenamento, inventário físico, compras e transportes de materiais: técnicas, regulamentos, procedimentos e precauções. Planos de compras de materiais e serviços. Legislação e normas de patrimônio.

Bibliografia Básica

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. 3ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um Enfoque Prático. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Petronio Garcia. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBIERI & MACHLINE, J.Carlos,Claude. LOGISTICA HOSPITALAR. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar

FLEURY, Paulo F. LOGISTICA EMPRESARIAL, São Paulo: Coleção COPPEAD. SÃO Paulo: Atlas, 2000

GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de Materiais. 1ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FRANCISCHINI, Paulino G; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração do de Materiais e do Patrimônio. São Paulo: Thomson, 2002.

Gestão da Qualidade, Certificação e Acreditação Hospitalar

Qualidade total e gestão pela qualidade nas organizações hospitalares; Ferramentas de qualidade; Planejamento e sistematização da Qualidade; Indicadores da Qualidade em Serviços em Saúde; Norma ISSO 9000. O Sistema Brasileiro de Certificação e suas relações; O Sistema de Acreditação Hospitalar; Processo e Implantação do Sistema de Acreditação; Etapas da acreditação e certificação; Resultados; Estrutura dos Manuais de Acreditação; Auditoria interna.

Bibliografia Básica

BITTAR, O J N V. Hospital: qualidade & produtividade. São Paulo: Sarvier, 1997. BRASIL. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Manual Brasileiro de Acreditação das Organizações Prestadoras de Serviços Hospitalares. Brasília, DF. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/acreditacao/manuais/index.asp>

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar. Brasília, 2002.

CAMACHO, J. L. T. Qualidade total para serviços de saúde. São Paulo: Atlas, 1999.

POSSARI, João Francisco. Prontuário do Paciente e Registros de Enfermagem. São Paulo: Iatria, 2005.

ZANON, U. Qualidade da assistência médico-hospitalar: conceito, avaliação e discussão dos indicadores de qualidade. São Paulo: Ed. Medsi, 2001.

Bibliografia Complementar

Quinto Neto A & Gastal FL. Acreditação hospitalar: proteção dos usuários dos profissionais e das instituições de saúde. Porto Alegre: Dacasa, 1997.

Quinto Neto A. A busca da qualidade nas organizações de saúde. Porto Alegre: Dacasa, 2000.

Malik, AN & Schiesari LMC. Qualidade na gestão local de serviços e ações de saúde. São Paulo: Fundação Petrópolis, 1998.

CARR, D. K. & LITTMAN, I. D. Excelência nos Serviços Públicos: Gestão da Qualidade Total na Década de 90. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

Biossegurança – Segurança Assistencial, Controle e Prevenção de Infecção Hospitalar

Gestão de resíduos hospitalares; Regulamentação da gestão de resíduos hospitalares; Classificação dos resíduos hospitalares; Condições de triagem; Acondicionamento e armazenamento dos resíduos dentro das unidades de saúde; Regras de instalação e funcionamento de unidades ou equipamentos de valorização ou eliminação de resíduos perigosos hospitalares; Tipos de processo de tratamento; Vantagens e desvantagens dos tipos de tratamento; Plano estratégico de resíduos hospitalares; Controle de infecções. Visita a Serviços de controle de infecção hospitalar.

Bibliografia Básica

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução - RC n. 48, de 2 de junho de 2000. Brasília (DF): Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2000. COUTO, Renato C.; PEDROSA, Tânia M. G. Guia Prático de Controle de Infecção Hospitalar. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FERNANDES, Antonio Tadeu. Inspeção hospitalar e suas interfaces na área da saúde. São Paulo: Edit. Atheneu, 2001.

GONÇALVES, Eduardo de Lucena. Manual de Higiene Hospitalar. São Paulo: Revinter, 2006.

Bibliografia Complementar

FERNANDES AT (ed) et al. Infecção Hospitalar e suas Interfaces na Área da Saúde. São Paulo: Atheneu, 2000.

LACERDA. Controle de Infecção em Centro Cirúrgico – Fatos, Mitos e Controvérsias. São Paulo: Atheneu, 2003.

LACERDA R.A.; JOUCLAS, V.M.G.; Egrý E.Y. A Face Iatrogênica do Hospital. As Demandas para o Controle de Infecção Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 1996. MARTINS, Maria

Aparecida. Manual de Infecção Hospitalar – Epidemiologia. 2ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2001. Sites de Interesse: www.anvisa.gov.br.

Análise e Gestão Estratégica da Documentação Hospitalar

Aspectos históricos e organizacionais dos registros de saúde. Prontuários eletrônicos. Legislação específica. Interfaces dos serviços assistenciais com o serviço de registros e informações em Saúde. Planejamento do serviço de informações em Saúde. Serviço de Prontuário do Paciente (SPP). Índices de referência aos prontuários. Numeração e arquivamento de prontuários. Aspectos éticos e legais do prontuário do paciente.

Bibliografia Básica

MEZZOMO, Augusto A. Pe. Serviço do prontuário do paciente: organização e técnica. 4 ed. São Paulo: CEDAS, 1982.

POSSARI, J. F. Prontuário do Paciente e os Registros de Enfermagem. São Paulo: Editora Érica, 2005.

Bibliografia Complementar

CARPENITO, Lynda Juall. Planos de cuidados de enfermagem e documentação. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FONSECA, Maria O. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEP/UNINALI. Prontuário eletrônico integrado do paciente para as clínicas do centro de saúde. [www.hu.ufsc.br/IX CIBS/trabalho](http://www.hu.ufsc.br/IX_CIBS/trabalho).

TJARA, Antônio. Manual de regulamentos e procedimentos médico-hospitalares. São Paulo: látria, 2003.

SISTEMA de registro do atendimento em saúde. Disponível em: [www.hu.ufsc.br/IX CIBS/trabalho](http://www.hu.ufsc.br/IX_CIBS/trabalho). Considerações e diretrizes para estabelecer a temporabilidade e destinação dos prontuários de paciente. www.abarq.org.br/textos.

Site de interesse: BRASIL. Ministério da Saúde. www.saude.gov.br.

4º Semestre

Gestão da Hotelaria Hospitalar

Fundamentos da gestão em hotelaria hospitalar e sua evolução histórica. Gerenciamento da hotelaria em organizações de saúde. Estudo e análise da arquitetura e procedimentos operacionais ligados à hotelaria hospitalar. Organização e métodos de trabalho em gestão hoteleira na saúde. A qualidade em serviços de hotelaria na administração hospitalar e satisfação dos clientes. Legislação aplicada à hotelaria em saúde. Tecnologia de apoio à decisão em hotelaria em saúde.

Bibliografia Básica

CANDIDO, Índio; MORAES, Ornelio D.; VIEIRA, Elenara V. de. Hotelaria Hospitalar – Um Novo Conceito no Atendimento ao Cliente da Saúde. Caxias do Sul: Educs, 2005.

TARABOIOUSI, Fadi A. Administração de Hotelaria Hospitalar. 2ed. São Paulo: Edit. Atlas, 2004.

BOERGER, M. S. Gestão em Hotelaria Hospitalar. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração. 7 ed. Rio de Janeiro: Edit. Campus, 2004.

LA TORRE, Francisco. Administração Hoteleira –Parte I –Departamentos. São Paulo: Roca, 2001.

LA TORRE, Francisco. Administração Hoteleira –Parte II –Alimentos e Bebidas. São Paulo: Roca, 2001.

RICCI, R. Gestão Competitiva do Século XXI. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

TARABOIOUSI, Fadi Antonie. Administração de hotelaria hospitalar: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo. São Paulo: Atlas, 2004.

Gestão da Central de Abastecimento Farmacêutico

Farmácia Hospitalar. Conceito da Moderna Farmácia Hospitalar, Aspectos históricos e tipologia. Organização administrativa e funcionamento de uma farmácia hospitalar. Sistemática de compra, recebimento, armazenamento e distribuição de medicamentos e materiais médico-hospitalares. Os elementos da qualidade aplicada à farmácia hospitalar. O papel da farmácia hospitalar no controle de infecção hospitalar. Articulação da farmácia hospitalar com os setores do hospital.

Bibliografia Básica

CAVALLINI, Miriam E.; BISSON, Marcelo P. Farmácia Hospitalar: Um Enfoque em Sistemas de Saúde. 1 ed. São Paulo: Manole, 2001.

MAIA NETO, Júlio F. Farmácia Hospitalar e suas Interfaces com a Saúde. São Paulo: RX, 2005.

SANTOS, Gustavo A. A. dos. Gestão de Farmácia Hospitalar. São Paulo: Senac, 2006.

Bibliografia Complementar

Santos, J.S. Farmácia brasileira : Utopia e realidade. Brasília: Wmoura Editora Ltda, 2003.

DUPIN, J.A.A, Assistência Farmacêutica: Um Modelo de Organização. Belo Horizonte: Editora Segrac; 1999.

GOMES, Maria José V. de M.. Ciências Farmacêuticas: Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

ZUBIOLI, Arnaldo. A Farmácia Clínica na Farmácia Comunitária. Brasília: Ethosfarma, 2001.

Gestão do Processo de Nutrição

Conceituação de serviço de nutrição. Noções de nutrição e alimentos. Os fundamentos necessários à administração do serviço de nutrição hospitalar, sua estrutura organizacional. Acompanhar os sistemas de qualidade indicados pelo serviço de nutrição. Como gerenciar o Serviço de Nutrição, segundo a legislação pertinente. Segurança alimentar. Controle e garantia de qualidade. Como implementar as atividades de suprimento para atender as necessidades do Serviço de Nutrição. Apuração de custos operacionais das refeições servidas à clientela hospitalar.

Bibliografia Básica

MEZOMO, Iracema F. de B. Os Serviços de Alimentação – Planejamento e Administração. São Paulo: Manole, 2002.

SPINELLI, Mônica Gloria N.; ABREU, Edeli S. de. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo: Metha, 2003.

TIRAPÉGUI, Julio. Nutrição – Fundamentos e Aspectos Atuais. 2ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

Bibliografia Complementar

LEÃO, Leila S. C de S.; GOMES, Maria do Carmo. Manual de Nutrição Clínica Para Atendimento Ambulatorial do Adulto. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MELO, Flávia. Nutrição Aplicada à Enfermagem. Goiânia: AB Editora, 2005. TEIXEIRA, Suzana Maria F. G. Administração Aplicada às Unidades de Alimentação. São Paulo: Atheneu, 2000.

Site de interesse:

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância Alimentar e Nutricional. <http://sisvan.datasus.gov.br>.

Análise Gerencial de Enfermagem

Conceitos Básicos. Normas, Rotinas, Técnicas, Fluxograma, Liderança, Motivação e Comunicação no Serviço de Enfermagem; Enfermagem Administrativa; Categorias profissionais e atribuições na enfermagem; Registros e informações de enfermagem; Supervisão de Enfermagem; Gestão da qualidade no serviço de enfermagem: Avaliação do Serviço de Enfermagem, Tipos de avaliação, Indicadores hospitalares, Auditoria em enfermagem.

Bibliografia Básica

Francisco, M.T.R. Auditoria de Enfermagem. Instrumentos de enfermagem. Instrumentos, padrões e critérios de avaliação. Rio de Janeiro: MRT, 1999. KURGANT, P. Administração em enfermagem. São Paulo: EPU, 1998.

MARTINS, M.L.R. O serviço de enfermagem. Organização e administração. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Elaine Franco et. al. Legislação em Enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: Ed. At Lenexa, 2005.

LIMA, M. O que é enfermagem. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 2005. MARX, Lore C. Manual de gerenciamento de enfermagem. São Paulo: Rufo Editores & Associados, 2000.

MOTTA, Ana Letícia Carnevali. Auditoria de enfermagem nos hospitais e operadora de plano de saúde. São Paulo: Edit. Érica, 2003.

BACKES Dirce Stein; SILVA Deise Marinho SIQUEIRA Hedi Heckler de, ERDMANN Alacoque Lorenzine: O produto do serviço de enfermagem na perspectiva da gerência da qualidade. Revista Gaúcha de Enfermagem 2007; 28(2): 163-70.

Bibliografia Complementar

COLETTA, M.M.D. Comparação de diferentes parâmetros para dimensionamento da equipe de enfermagem em um hospital universitário. Revista Adm. Saúde nº 7, 2005. MARQUIS, Bessiel. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001.

BITTAR, Olímpio J. Nogueira V. Indicadores de qualidade e quantidade em saúde RAS _ Vol. 3, Nº 12 – Jul-Set, 2001.

MOTA, Nancy Val y Val Peres da; MELLEIRO, Marta Maria; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto: A construção de indicadores de qualidade de enfermagem: relato de experiência do Programa de Qualidade Hospitalar. RAS. v. 9 , n. 34, jan./mar. 2007.

TEIXEIRA, Juliana Donizeti Ribeiro; CAMARGO, Fernanda de Almeida; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto e MELLEIRO, Marta Maria: A elaboração de indicadores de qualidade da assistência de Enfermagem nos períodos puerperal e neonatal. Rev enferm. UERJ, v. 14, n.2, Rio de Janeiro, jun., 2006.

Gestão dos Serviços de Diagnóstico e Terapêuticos

Exame clínico, colheita e remessa de material. Realização e interpretação de exames de rotina de pequena, média e alta complexidade. Análise crítica dos pedidos. Controle dos registros e auditorias internas.

Bibliografia Básica

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005. Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

PERKIN, G. David; EPSTEIN, Owen; BONO, David P. de; COOKSON, John; SOLOMONS, Neil; ROBINS, Andrew. Exame Clínico. 3ed. Elsevier, 2004. WALTERS, Norma J.; ESTRIGDGE, Bárbara H.; REYNOLDS, Anna P. Laboratório Clínico – Técnicas Básicas. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Marcelo C. Auditoria – Um Curso Moderno e Completo. 6ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. NBR ISO/IEC 17.025 - Requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração.

BRASIL. BPLC NIT – DICLA 083 - Critérios Gerais para competência de Laboratórios Clínicos – INMETRO.

MULLER, Aderbal N.; PENIDO, Eduardo. Auditoria Integral. Curitiba: Juruá, 2005. Site de Interesse:

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. www.anvisa.gov.br.

5º Semestre

Tecnologia em Equipamentos Hospitalares

Conhecer a infra-estrutura hospitalar como: instalações elétricas, gases medicinais, redes lógicas, sistema de vapor, sistema contra incêndio. Conhecer as tendências inovadoras acerca dos equipamentos médico-hospitalares dos ambientes hospitalares como: centro cirúrgico, salas de recuperação, UTI, central de materiais e esterilização, laboratórios, lavanderias, emergência, imunologia, ambulatório, hemodiálise, etc. Gerenciar a manutenção preventiva interna e externa dos equipamentos. Receber equipamentos médico-hospitalares de acordo com as especificações técnicas.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Saúde – Fundação Nacional da Saúde. Sistema para planejamento e dimensionamento de equipamentos médico-hospitalares. Manual do Usuário.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gerenciamento da manutenção de equipamentos médico-hospitalares.

MADRIGANO, Heitor. Hospitais modernização e revitalização dos recursos físicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MALADON-LONDONO, Gustavo; MORERA, Ricardo G.; LAVERDE, Gabriel P. Administração Hospitalar. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Saúde. Segurança no ambiente hospitalar.

COSTI, Marilice. A influência da luz e da cor em corredores e salas de espera hospitalares. 1 ed. Porto Alegre: Edit. PUC/RS, 2002.

Marketing Aplicado à Gestão Hospitalar

Conceitos básicos e estratégias de marketing. Os estados de demanda. Macro e micro ambiente de marketing. Endomarketing. Marketing de serviços. Marketing em saúde. Marketing hospitalar. Mix do produto. Qualidade, valor e satisfação. Marketing e Imagem organizacional. Planejamento de Marketing: princípios, processo e implementação. Plano de Marketing. Controle. Questões éticas em torno do marketing de instituições de saúde. Estratégia de marketing na área hospitalar.

Bibliografia Básica

AMBROSIO, Vicente, SIQUEIRA, Rodrigo. Plano de marketing passo a passo: serviços. Rio de Janeiro: Reichmann, 2002.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Administração de Marketing. 12ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.

KUAZAQUI, E; TANAKA, L.C.T. Marketing e Gestão de Estratégia na Saúde. São Paulo: Thomson, 2007.

SELLES, Alice. Marketing para serviços de saúde. São Paulo: Cultura Médica, 2007.

Bibliografia Complementar

COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil. 2ed. São Paulo: Cobra Editora & Marketing, 2006.

GARCIA, Ester. Marketing na Saúde: Humanismo e Lucratividade. Goiânia: AB Editora, 2005.
KOTLER, P. Marketing para o Século XXI: Como criar, conquistar e dominar mercados. 14ed. São Paulo: Futura, 2004.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços. São Paulo: Atlas, 2006. LOBOS, Júlio. Ética e negócios. 1ed. São Paulo: Instituto da Qualidade, 2003.

Planejamento Estratégico Hospitalar

Teoria geral do planejamento. Princípios da administração científica e teoria das organizações: poder e ideologia. Metodologia do Estudo Estratégico. O processo estratégico e seu desenvolvimento na saúde. A administração estratégica. Competitividade dos serviços de saúde. Planejamento normativo. Planejamento estratégico. Planejamento estratégico situacional. Apresentação, discussão e desenvolvimento dos temas relevantes sobre a gestão e planejamento estratégico em gestão hospitalar.

Bibliografia Básica

CECÍLIO, Luiz C.O. (Org.). Inventando a mudança na saúde. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
PETER, J. Paul; CERTO, Samuel C. Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia. 2ed. São Paulo: Makron, 2005.
PORTER, Michel. E. Estratégia Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 2005. THOMPSON Jr, Arthur A., Stricklandiü AJ. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Edit. Pioneira Thompson Learning, 2004.

Bibliografia Complementar

HARTMANN, Luiz F. P. Planejamento Estratégico para o gerenciamento da Inovação. 10ed. Luiz Fernando Hartmann, 2006.
HARVARD BUSINESS REVIEW. Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J. PARNELL, John. Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 2000.

Tópicos Contemporâneos em Saúde Pública

A serem determinados pelos docentes e discentes, em função dos fatos e acontecimentos relacionados com a área da saúde no decorrer do curso e que sejam considerados de relevância para o aprimoramento do processo de aprendizagem proposto. Apresentar os projetos e os programas de governo direcionados à saúde da população.

Bibliografia Básica

Paim, Jairnilsom Silva. Desafios para Saúde Coletiva no Século XXI. Ba, UDUFBA, 2005.
ACIOLE, Giovanni Gurgel. A saúde no Brasil: cartografias do público e do privado. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: Sindicato dos Médicos de Campinas e Região, 2006.
Paim, Jairnilsom Silva. Política e Reforma Sanitária. Ba, ISC, 2002.
ROSEN, GEORGE. Uma história da Saúde Pública. Editora UNESP, 2ª edição, São Paulo, 1994.

Bibliografia Complementar

Mehry, Emerson Elias. Saúde Pública como Política. São Paulo: Hucitec, 1992. BAYMA, Fátima; KASZNAR, Istvan (Org.). Saúde e previdência social: desafios para a gestão no próximo milênio. São Paulo: Makron Books, 2001.
ASPECTOS distributivos dos gastos públicos na saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, 2006.
CECHIN, José (Coord.). A história e os desafios da saúde suplementar: 10 anos de regulação. São Paulo: Saraiva, 2008.

Ouvidoria Hospitalar

O contexto do surgimento de ouvidorias hospitalares no Brasil. Especificidades Funcionais. A ouvidoria como finalidade na melhoria de relacionamento do cidadão com a unidade hospitalar. Ouvidorias hospitalares com estratégia de gestão. Perfil dos Ouvidores. Autonomia. O Poder de Decisão. Relações funcionais. Legislação. Direitos do Paciente. Código de Ética Médica. Ética profissional. Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar – PNHAH. Importância do tratamento e orientação quanto ao preconceito, ao racismo e a discriminação. A Comunicação, a informação e a reclamação. Análise exploratória de dados. Processos de correções.

Bibliografia básica

ALENCAR, Edite Bringel Olinda. Ouvidoria: histórias e desafios. 1ª Ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.
SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Saúde. Manual de normas e procedimentos da ouvidoria da saúde. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1999.
VISMONA, Edson Luiz. A ouvidoria no Brasil e seus princípios. In: VISMONA, Edson Luiz et al. A ouvidoria no Brasil. 1ª ed. São Paulo: ABO, 2001.

BRASIL, Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília: MEC/Secad, 2006

Bibliografia complementar

BERWICK, Donald M.; GODFREY, A. Blanton; ROESSNER, Jane. Melhorando a qualidade dos serviços médicos, hospitalares e da saúde. São Paulo: Ed. Makron Books, 2000.

CENTURIÃO, Alberto. Ombudsman: a face da empresa cidadã: como e por que instalar uma ouvidoria. 1ª Ed. São Paulo: Educator, 2003.

GOMES, Manuel Eduardo Camargo e. Do instituto do ombudsman à construção das ouvidorias públicas brasileiras. In: LYRA, Rubens Pinto (org.). A ouvidoria na esfera pública brasileira. 1ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Curitiba: Editora Universitária UFPR, 2000.

LYRA, Rubens Pinto (organizador). A ouvidoria na esfera pública brasileira. Curitiba: Editora Universitária/UFPR, 2000.

MACIEL, Roberto. Ombudsmen no mundo e no Brasil: da admissão de falhas à busca do aprimoramento. In: SÁ, Adisia, VILANOVA, Fátima e MACIEL, Roberto. Ombudsmen, ouvidores: transparência, mediação e cidadania. 1ª ed, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

VISMONA, Edson Luiz. A ouvidoria brasileira: dez anos da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman. 1ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – ABO, 2005.

6º Semestre

Comissões Hospitalares

Introdução a estudo das Comissões Hospitalares. Conceito de Comissões e suas importâncias. Normatização das principais comissões: Comissão de Revisão de Prontuários Médicos, Comissão da Revisão de Óbitos, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Comissão de Revisão de Internação Psiquiátrica, Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Bibliografia Básica

CAVEDON, NEUSA Roldi. Representações Sociais na Área de Gestão em Saúde. São Paulo: Da Casa, 2005.

MAIANETO, J. F. (org.). Farmácia hospitalar e suas interfaces com a saúde. São Paulo: Edit. Rx, 2005.

ZOBOLI, Elma L. C. P. Ética e Administração Hospitalar. São Paulo: Loyola, 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.638, de 10 de julho de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. D.O.U. nº 153, 09/08/2002, Seção 1, p. 185.

FREESE, EDUARDO. Municípios – A Gestão da Mudança em Saúde. Pernambuco: UFPE, 2004.

PEREIRA, Maurício Gomes. Epidemiologia. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2000.

Gestão de Planos de Saúde

Conhecimento e estudo dos Planos de Saúde no Brasil. Conhecimentos essenciais de previdência pública e privada. Legislação correlata.

Bibliografia Básica

BOTTESINI, Maury Ângelo; MACHADO, Mauro C.. Lei dos Planos e Seguros de Saúde – Comentada Artigo por Artigo. 2ed. Revista dos Tribunais, 2005. FERNANDES NETO, A. J. Plano de saúde e direito do consumidor. São Paulo: Ed. Del Rey, 2002.

MARTINS, Sérgio Pinto. Fundamentos de Direito da Seguridade Social. São Paulo: Edit. Saraiva, 2006.

SILVA NETO, Egberto M.; MARTINS, Elizabeth T.; RAMOS, Francisco A. Planos Privados de Assistência à Saúde. Edit. Lúmen Júris, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. www.ans.gov.br FERRON, Fabiana. Planos Privados de Assistência à Saúde. São Paulo: Edit. Leud, 2002.

FORTALEZA, Dulcinéia Z.; VIEIRA, Cristiane Maria; BONATTO, Maura de F. Saúde: Planos Privados de Assistência Suplementar. Rio de Janeiro: Edit. Companhia Forense, 2002.

SILVIA, Delúbio Gomes Pereira da. Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Brasil. São Paulo: Edit. LTR, 2003.

Arquitetura Hospitalar

Evolução histórica dos edifícios hospitalares. Noções Básicas de Desenho Arquitetônico. Planejamento físico dos estabelecimentos de saúde, com seus setores, fluxos e inter-relações. A importância da arquitetura hospitalar na melhoria da qualidade de serviço e no controle de infecção hospitalar. Análise de Custo. Legislação estabelecida pelo Ministério da Saúde, normas técnicas e dos códigos municipais, estaduais e federais. Condições ambientais de conforto para os pacientes e profissionais do hospital.

Bibliografia Básica

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Manuais de Arquitetura e Engenharia em Saúde.

Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/arquitetura.asp> GOES, Ronaldo de. Manual Prático de Arquitetura Hospitalar. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

HERTBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Góes, Ronald de. Manual prático de arquitetura hospitalar. São Paulo: Ed. Edgar Blücher Ltda, 2004.

Bibliografia Complementar

BEULKE, Rolando; BERTO, Dalvio José. Estrutura e Análise de Custos. São Paulo: Saraiva, 2001.

MATOS, Afonso José. Gestão de Custos Hospitalares - Técnicas, Análises e Tomada de Decisão. 3ed. São Paulo: STS, 2005.

SANTOS, Mauro; BURSZTIYN, Ivani. Saúde e Arquitetura: Caminhos para a Humanização dos Ambientes Hospitalares. Rio de Janeiro: Senac, 2004.

LIBRAS

Aborda a legislação de libras, linguística, cultura surda, educação surda. Trabalha o alfabeto, números, identificação pessoal, pronomes, saudações, expressões e classificadores básicos. Emprego de verbos, cores, tempo. Meio de comunicação, meio de transporte, família, alimentos, frutas, animais, brinquedos, vestuário, profissões, calendário, objetos. Cidades, Estados, saúde, corpo humano, sexualidade. Prática de Libras, diálogo.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL, Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf>

GSSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, R. de Estudos Surdos I, II, III, e IV. Série Pesquisa. Petrópolis. Ed. Arara Azul, 2008. (3 livros).

Bibliografia Complementar

FERNANDES, E. (org.) Surdez e bilingüísmo. Porto Alegre: ed. Mediação, 2005.

FERNANDES, E. Linguagem e Surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

QUADROS, R. e KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudo lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

HONORA, M. e FRIZANCO, M. L. E. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação pelas pessoas usadas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

Elaboração e Gestão de Projetos

Conceitos básicos. Tipos de projetos: adaptação à área da saúde. Etapas de elaboração de projetos. Metodologia para elaboração e análise de projetos. Aspectos Administrativos e Legais. Aspectos Mercadológicos. Tamanho do Projeto. Aspectos Técnicos. Custos e Receitas. Aspectos Econômico-financeiros. Análise Quantitativa e Qualitativa. Avaliação final do projeto.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Ulisses F. Temas Transversais e a Estratégia de Projetos. São Paulo: Edit. Moderna, 2003.

MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração de projetos – como transformar idéias em resultados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, L. C. de Moura. Gestão de Projetos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

ARMANI, D. Como elaborar projetos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. CASAROTTO

FILHO, Nelson. Gerência de projetos/engenharia simultânea. São Paulo: Atlas, 1999.

CASAROTTO FILHO, Nelson. Projeto de negócio. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Decisões financeiras e análise de investimentos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WOILER, Sansão; MATHIAS Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A Evolução da Política Ambiental no Mundo. A Evolução da Política Ambiental no Brasil: Política Nacional do Meio Ambiente, Legislação Ambiental no Brasil. Instrumentos de Gestão Ambiental Pública. Desenvolvimento Sustentável: aspectos econômicos, ambientais e sociais. Indicadores de Sustentabilidade e Indicadores de Avaliação de Desempenho Ambiental. Ações de gerenciamento ambiental compartilhado a Instituição de Saúde e seus Parceiros. Política Ambiental em uma Instituição de Saúde e a Responsabilidade Social. Conceituação de Desenvolvimento Sustentável: Aspectos econômicos, ambientais e sociais. Convenções e Tratados. Custo com uso da Gestão Ambiental sustentável, Benefícios e Oportunidades. Os Desafios das Empresas em geral e das Instituições de Saúde em particular no Século XXI.

Bibliografia Básica

ANDRADE, R.O.B. Gestão ambiental. Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentado. São Paulo: ed.Mackron, 2004.

SENGER, Peter. A Revolução Decisiva: como indivíduos e organizações trabalham em parceria para criar um mundo sustentável. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2009. CAIRNCROSS, FRANCES, Meio Ambiente – Custos e Benefícios, Editora: Nobel, 2005.

Bibliografia Complementar

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2 ed. 1991.

Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

MOURA, L.A.A. Qualidade e gestão ambiental. São Paulo: Oliveira Mendes, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócio Focadas na Realidade Brasileira. 6 ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

VALLE, C.E. Qualidade ambiental. São Paulo: SENAC, 2004.

Atividades Complementares

As Atividades Complementares, com uma carga horária de duzentas horas, além do currículo mínimo de 2.400 horas, serão de caráter formativo e constituirão parte integrante do processo de aprendizagem curricular.

Assim, essas atividades, acadêmico-científico-cultural, visam promover ao acadêmico a autonomia de sua formação e serão desenvolvidas ao longo do curso como complementação da formação profissional, integradas a esta proposta curricular. As atividades incluirão: estágio em iniciação científica; estágios profissionais; monitorias; eventos técnicos ou científicos; elaboração, coordenação de projetos; oficinas; projetos de extensão universitária; elaboração de material didático; apresentação e participação de seminários; estudos em laboratórios de informática e via ensino à distância oferecido por outras instituições, dentre outras, atendendo as especificidades de cada área do conhecimento, com o propósito de integrar o acadêmico aos diversos campos de atuação profissional.

Bibliografia

Quando necessária será indicada pelo professor/coordenador das Atividades Complementares do curso.

IX – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
1º SEMESTRE: DISCIPLINAS BÁSICAS		
Fundamentos e Práticas da Gestão Hospitalar	04	80
Política de Saúde no Brasil	04	80
Ética, Bioética e Responsabilidade Social	04	80
Epidemiologia: Bases e Métodos Quantitativos em Saúde'	04	80
Empreendedorismo	04	80
Subtotal	20	400
2º SEMESTRE: MÓDULO PROFISSIONALIZANTE I: Assistente Administrativo de Serviços Hospitalar		
Tecnologia da Informação em Organização Hospitalar	04	80
Gestão de Custos em Organização Hospitalar	04	80
Gestão Financeira e Orçamentária	04	80
Gestão de Pessoas	04	80
Direito Aplicado à Gestão Hospitalar	04	80
Subtotal	20	400
3º SEMESTRE: MÓDULO PROFISSIONALIZANTE II Supervisor de Controladoria Hospitalar		
Auditoria em Saúde	04	80
Logística Operacional Hospitalar	04	80
Gestão da Qualidade, Certificação e Acreditação em Saúde	04	80
Biossegurança – Segurança Assistencial, controle e Prevenção de Infecção Hospitalar	04	80
Análise e Gestão Estratégica da Documentação Hospitalar	04	80
Subtotal	20	400
4º SEMESTRE: MÓDULO PROFISSIONALIZANTE III: Supervisor de Hospedagem e Orientação Hospitalar		
Gestão de Hotelaria Hospitalar	04	20
Gestão da Central de Abastecimento Farmacêutico	04	20
Gestão do Processo de Nutrição	04	20
Análise Gerencial de Enfermagem	04	20
Gestão dos Serviços de Diagnósticos e Terapêuticos	04	20
Subtotal	20	400
5º SEMESTRE: MÓDULO PROFISSIONALIZANTE IV: Assessor em Marketing e Estratégia Hospitalar		
Tecnologia em Equipamentos Hospitalares	04	20
Marketing Aplicado à Gestão Hospitalar	04	20
Planejamento Estratégico Hospitalar	04	20
Tópicos Contemporâneos em Saúde	04	20
Ouvidoria Hospitalar	04	20
Subtotal	20	400
6º SEMESTRE: MÓDULO PROFISSIONALIZANTE V: Diploma de Tecnólogo em Gestão Hospitalar		
Comissões Hospitalares	04	20
Gestão de Planos de Saúde	04	20
Arquitetura Hospitalar	04	20
Elaboração e Gestão de Projetos	04	20
Libras ou Meio Ambiente	04	20
Subtotal	20	400
Atividades Complementares	06	200
TOTAL GERAL	126	2600
DISCIPLINAS OPTATIVAS		
Libras	04	80
Meio Ambiente – Gestão Ambiental	04	80

<p align="center">1º SEMESTRE (400) HORAS AULA – MÓDULO DE DISCIPLINAS BÁSICAS</p> <p>Compõe-se de disciplinas básicas e formadoras, voltadas para iniciação do discente no mercado de trabalho do tecnólogo em Gestão Hospitalar</p>
<p align="center">2º SEMESTRE (400) HORAS AULA – MÓDULO PROFISSIONALIZANTE</p> <p>Constitui-se de disciplinas já avançadas que levam o aluno a adquirir maiores conhecimentos na área de formação em tecnólogo de Gestão Hospitalar e por isto estará habilitado a receber certificação de Assistente Administrativo de Serviços Hospitalares.</p>
<p align="center">3º SEMESTRE (400) HORAS AULA – MÓDULO PROFISSIONALIZANTE II</p> <p>Refere-se às disciplinas de aperfeiçoamento analítico em que o aluno adquire maior maturidade intelectual para permitir-lhe ter acesso ao certificado de Supervisor de Controladoria Hospitalar</p>
<p align="center">4º SEMESTRE (400) HORAS AULA – MÓDULO PROFISSIONALIZANTE III</p> <p>Trata-se de um conjunto de disciplinas dirigidas para a busca da formação complementar de um supervisor no campo da tecnologia em Gestão Hospitalar através de uma certificação ao discente em Supervisor em Hospedagem e Orientação Hospitalar</p>
<p align="center">5º SEMESTRE (400) HORAS AULA – MÓDULO PROFISSIONALIZANTE IV</p> <p>É formado por disciplinas complementares voltadas para a formação real do tecnólogo em Gestão Hospitalar e que permite a certificação ao discente como Assessor em Marketing e Estratégia Hospitalar</p>
<p align="center">6º SEMESTRE (400) HORAS AULA – MÓDULO PROFISSIONALIZANTE V</p> <p>Refere-se às últimas disciplinas previstas para consolidar a formação do Tecnólogo em Gestão Hospitalar, incluindo disciplinas opcional obrigatória e Atividades Complementares (200 horas) que completam a carga horária mínima prevista para o Curso (2600 horas aula), ou seja, permitira ao aluno receber o Diploma de Tecnólogo em Gestão Hospitalar.</p>

IX - CORPO DOCENTE

1. Requisitos de Titulação

O Corpo Docente da futura Faculdade será constituído, exclusivamente, por professores que exercem atividades ligadas diretamente ao exercício do ensino superior, da pesquisa e da extensão, preferencialmente na área da saúde, e portadores de titulação exigida pelos órgãos competentes para o Curso em referência.

2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissionalizante não Acadêmica

Para a composição do corpo docente a Instituição exigirá dos contratados a comprovação de experiência mínima de dois anos em atividades de magistério junto a instituições de ensino superior.

Na forma do que se estabelece a alínea II do art. 61 da LDB, também aceitará, para compor o seu corpo docente, professores apenas com graduação, mas com experiência profissional não acadêmica comprovada.

3. Os Critérios de Seleção e Contratação

Além da titulação específica e o cumprimento das demais exigências dos órgãos competentes faz parte dos critérios de seleção e contratação os seguintes fatores:

- Portador de idoneidade moral e de capacidade técnica;
- Admissão de acordo com a legislação federal pertinente;
- Atendimento às disposições de Regimento da Faculdade, do Estatuto da Mantenedora e do Plano de Carreira e Remuneração do Professor.

4. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

A Política de Qualificação estabelecida pela Instituição prevê a destinação de valores a serem utilizados para esse fim, atingindo o corpo docente e o corpo técnico-administrativo. Esta política tem por objetivo apoiar os esforços de qualificação, visando promover a melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de:

- Concessão de bolsas-auxílio, para cursos de graduação, dirigidas ao corpo técnico-administrativo e de pós-graduação para o corpo docente;

- Oferta de cursos de extensão ou atualização;
- Participação e/ou realização de seminários e eventos afins.

Quanto ao *Plano de Carreira*, a Instituição já o prevê no seu Regimento em que regula as condições de admissão, ingresso, remuneração, promoção, rescisão contratual, aposentadoria, regime de trabalho e os direitos e deveres tanto dos membros do magistério quanto do corpo técnico-administrativo.

No que se refere ao *Regime de Trabalho* os servidores serão contratados segundo o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, observados os critérios e normas do Regimento da Instituição, com designação de dois tipos de regime: regime parcial e integral, podendo ocorrer contratação como horista em momentos especiais.

5. Procedimentos para Substituição Eventual dos Professores do Corpo Docente

Na forma prevista no Regimento da Faculdade, poderão ser contratados para o magistério de aulas, por tempo determinado e cumprindo todas as exigências para tal, professores:

- I. Em substituição, em caráter emergencial;
- II. Em substituição, quando os professores titulares estiverem em cursos de pós – graduação;
- III. Como professor visitante ou conferencista, desde reconhecida capacidade didática – científica.

X - CORPO DISCENTE

1. Formas de Acesso

O corpo discente será integrado por todos os alunos regularmente matriculados no curso proposto e o processo seletivo já consta no item 15 deste Projeto, obedecendo ao disciplinado no Regimento da Faculdade.

No Edital de Vestibular constarão todos os cursos oferecidos pela a instituição, com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida, a relação das provas, os critérios de classificação e desempate e outras informações úteis, inclusive as referentes ao aproveitamento do resultado do ENEM, caso o candidato manifeste seu interesse em fazê-lo. Na ocasião do processo seletivo, a Faculdade tornará público:

- A qualificação do seu corpo docente em efeito exercício nos cursos de graduação;
- A descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, como os laboratórios, computadores e acessos às redes de informação e acervo das bibliotecas;
- O valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e normas de reajuste aplicáveis ao período letivo a que se refere o processo seletivo.
- No futuro, o elenco dos cursos reconhecidos e dos cursos em processo de reconhecimento, bem assim dos resultados das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação;

A matrícula, ato formal do ingresso e de vinculação à Faculdade, se realiza em épocas fixadas no Calendário Acadêmico. O requerimento deve ser instruído com a documentação exigida pela legislação vigente, pelo Regimento ou normas expedidas pelo colegiado superior.

A matrícula deve ser renovada, semestralmente, em prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico. Ressalvado o caso de trancamento de matrícula, a não renovação da matrícula implica no abandono do curso e desvinculação do aluno da instituição.

Pode ser concedido trancamento de matrícula para efeito de, interrompidos temporariamente os estudos, manter o aluno sua vinculação a Faculdade e seu direito à renovação de matrícula.

Cabe à Coordenação de Curso orientar alunos e professores quanto às peculiaridades de curso, o sistema de avaliação e promoção, a execução dos programas de ensino, calendário escolar de aulas, provas e outras atividades.

2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Com referência ao apoio pedagógico ao corpo discente, a Faculdade colocará à disposição dos seus alunos o Núcleo de Assistência Psicopedagógica destinado a oferecer o suporte necessário ao bom desempenho acadêmico e ao melhor aproveitamento no processo ensino – aprendizagem, este, também disciplinado no Regimento. Haverá acompanhamento do desempenho acadêmico, da evasão escolar e dos índices de aproveitamento e de frequência às aulas e demais atividades. Os alunos poderão gozar de outros serviços, como bolsas de monitoria e de iniciação científica.

Quanto ao apoio financeiro, a Faculdade oferecerá Bolsas oportunizando descontos nas mensalidades a estudantes de baixa renda, mediante processo seletivo, e viabilizar a obtenção de crédito educativo concedido pelos Governos Estadual e Federal a estudantes também de baixa renda,

3. Estímulos à Permanência

4.

A Faculdade, no intuito de garantir a igualdade de oportunidade ao seu alunado de baixo poder aquisitivo, implantará programas que proporcionem condições favoráveis para permanência e bom desempenho acadêmico, destacando– se:

- Apoio Psicopedagógico, já explicitado no item dois acima;
- Orientação Educacional;
- Comissão de Condição Socioeconômica;
- Aulas de reforço com professor e monitores (nivelamento);
- Programa de Monitoria.

5. Organização Estudantil

Os alunos terão espaço onde poderão localizar Diretório ou Centro Acadêmico, nos termos da legislação vigente. Para tal, a Instituição oferecerá apoio e incentivo aos seus funcionamentos. Serão representados em todos os órgãos colegiados da Faculdade e competirá ao Diretório Acadêmico indicar os representantes discentes, com direito à voz e voto, vedada a acumulação em mais de um órgão.

Estes direitos e deveres estão disciplinados no Regimento da Faculdade.

6. Acompanhamento dos Egressos

A Faculdade buscará, através de sua política de acompanhamento de egressos, o desenvolvimento de competências profissionais comprometidas com o crescimento profissional de seus alunos em perfeito entrosamento com as instituições que oferecem serviços de saúde onde está inserida. Para o alcance desse objetivo e conseqüente melhoria contínua de seu processo de ensino – aprendizagem tem programado a realização de eventos “Encontro de Egressos”. Com isto começará a desenvolver o sistema de acompanhamento de egressos tão logo tenha formado a primeira turma do curso proposto, implantando um acompanhamento contínuo de pesquisa de egresso que possibilite a análise de aspectos como, por exemplo: índice de inserção no mercado de trabalho, nível salarial, melhoria das condições de empregabilidade, distorções em relação ao mercado de trabalho, nível de satisfação dos egressos e melhoria e atualização do projeto político-pedagógico do Curso em oferta, num processo de melhoria contínua para a eficácia do sistema de educação continuada.

XI - CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

1. Os Critérios de Seleção e Contratação

Para desenvolvimento de atividades práticas a Diretoria e a Administração Acadêmica do Curso contarão com o apoio do pessoal técnico – administrativo, em relação ao Laboratório de Informática, Biblioteca, Secretaria e os demais órgãos existentes na Instituição.

O ingresso no Quadro de Funcionários da Faculdade será por intermédio de recrutamento e seleção, aberto ao público, e de acordo com as normas fixadas pela Direção da Mantenedora e as previstas no Regimento da Faculdade. Por outro lado, a contratação do pessoal técnico-administrativo obedecerá às normas da CLT e leis especiais que disponham sobre o assunto.

2. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

Como já previsto no seu Regimento, em programas próprios ou articulados com outras instituições, a Faculdade proporcionará cursos, estágios, seminários e outras oportunidades de treinamento ou de aperfeiçoamento aos seus funcionários, com o fim de mantê-los atualizados para o exercício de suas funções.

O Plano de Cargos e Salários do Pessoal Administrativo regulará suas funções, estabelecidas deveres e direitos e está estruturado por Cargos de acordo com a estrutura organizacional da Mantenedora, incluindo as condições de ingresso, admissão, remuneração, promoção, rescisão contratual, aposentadoria e regime de trabalho, seguindo a legislação federal referente ao assunto.

XII - INFRAESTRUTURA

Para implantação do curso proposto a Instituição já possui a seguinte infraestrutura:

1. Infraestrutura física e instalações acadêmicas

A instituição de ensino mantida pelo o IAHCS está localizada na Rua Corte Real nºs 75 e 133 em Porto Alegre-RS, com uma área já construída de quase 1000 m², totalmente adaptada para atender as necessidades do padrão de qualidade de ensino projetado pela Mantenedora, com suas salas de aula dotadas de sistema de ar condicionado e multimídia, contando com a seguinte infraestrutura:

DESCRIÇÃO	ÁREA / M ²
LOCALIZADAS NA CORTE REAL Nº 75	
Biblioteca-Sala de estudos em grupo	34,45
Biblioteca-Sala de estudo individual	13,00
Biblioteca-Acervo	52,00
Sala de aula	52,62
Sala de aula	39,41
Sala de aula	41,34
Sala de aula	36,37
Sala da aula	35,82
Auditório	71,58
Sala dos coordenadores de Cursos	11,90
Sala professores	19,86
Secretaria Acadêmica	28,95
Sala de apoio administrativo	30,63
Hall de entrada e recepção	36,34
Sala coordenação institucional	12,92
Sanitários femininos	17,31
Sanitários masculinos	15,08
Almoxarifado	59,00
Arquivo	21,11
Espaço de convívio	206,00
LOCALIZADAS NA CORTE REAL Nº 133	
Sala de aula	30,34
Sala de aula	26,76
Sanitário M/F	7,41
Sala da Presidência	19,47
Total área Construída	919,67

Biblioteca

A Biblioteca, que serve à mantida e o IAHCS, atende a todas as suas necessidades, tendo setores especializados, com todas as áreas do conhecimento. Buscará oferecer ao usuário um acesso fácil e modernos meios de consulta e busca da informação. A Biblioteca está sendo reestruturada.

Dispõe do acervo descrito no quadro a seguir:

QUADRO DEMONSTRATIVO DO ACERVO DISPONIBILIZADO NA BIBLIOTECA DA FACULDADE

Livros	Quantidade (nº)
Títulos Existentes	1870
Títulos Encomendados	74
Títulos Programados	222
Volumes Existentes	2779
Volumes Encomendados	315
Volumes Programados	378
Periódicos	
Títulos Existentes	796
Trabalhos de Conclusão	
Títulos Existentes	1244
Volumes Existentes	1273

Expansão do Acervo por Área de Conhecimento

Durante o período de vigência deste PDI, a expansão do acervo da Biblioteca está assim planejada:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EXPANSÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA DA FACULDADE

Item	Área do conhecimento	2017	2018	2019	2020	2021
		Quantidade				
Livros	Ciências Humanas e Sociais	200	206	212	218	224
	Ciências da Saúde	1.100	1.150	1.200	1.250	1.300
	Ciências Sociais Aplicadas	550	580	610	640	670
	Ciências Exatas e Tecnológicas	80	160	250	350	450

Item	2014	2015	2016	2017	2018
	Quantidade				
Periódicos	50	55	60	65	70
Revistas	5	5	5	5	5
Jornais	2	2	2	2	2
Obras de referência	15	25	30	40	40
Vídeos	-	-	-	-	-
DVD	40	50	60	70	80
CD Rom's (TCC)	100	250	300	350	400
Assinaturas eletrônicas	20	30	40	50	60
Outros	-	-	-	-	-

O sistema usado pela Biblioteca é o sistema Winisis 1.4.

A Biblioteca utiliza o Código de Catalogação Anglo Americano (CCAA2) e ABNT, Classificação CDU (Classificação Decimal Universal), por assuntos e Tabela CUTTER, por autor.

Possui um sistema informatizado com acesso a internet, transformando o PHL monousuário em multiusuário, permitindo que os acadêmicos acessem o acervo a partir de outros lugares, além da Biblioteca. Dispõe de 04 computadores Intel Core i3 4 GB HD 500GB com monitor de vídeo LG de 23”.

Formas de Atualização e Expansão do Acervo

Nos cursos propostos, a Faculdade vai praticar um processo em que os acervos bibliográficos serão atualizados anualmente. A atualização será feita mediante consulta ao corpo docente e discente da instituição.

Na programação do ano letivo, os professores fornecem a lista dos livros textos e da bibliografia que será utilizada nas disciplinas. É feita uma verificação do acervo existente, e adquiridos os livros textos e a bibliografia recomendada que não conste no acervo.

Anualmente será adquirido maior número de exemplares dos livros mais consultados pelos acadêmicos, e dos mais sugeridos pelos professores para aquisição.

Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da Biblioteca é das 8 às 22 horas, de segunda à sexta-feira e das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas aos sábados.

XIV – OUTROS SERVIÇOS OFERECIDOS

A Faculdade de Tecnologia em Saúde - IAHCS disporá de serviço terceirizado de reprografia com 01 equipamento para fotocópias.

XV – ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE CUIDADOS ESPECIAIS

O prédio onde se localizará o Curso proposto possui equipamentos para atendimento as necessidades de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais bem como banheiros específicos para os mesmos.

Considerando a Portaria Normativa MEC nº 14, de 24.04.2007, a Faculdade preocupa-se, também, em garantir aos portadores de deficiências físicas e sensoriais o acesso aos serviços educacionais que oferecerá.

Assim, cumprirá a legislação federal, estadual e municipal vigente sobre a acessibilidade, assegurando as condições básicas quanto à mobilidade e utilização de equipamentos e instalações, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata de Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

Suas edificações foram planejadas para o atendimento aos alunos e demais usuários com deficiência física priorizando:

- Eliminação de barreira arquitetônica para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
 - Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
 - Construção de rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
 - Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
 - Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Da mesma forma, assumirá compromisso formal de proporcionar aos alunos com deficiência visual, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
- Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - Gravador e fotocopadora que amplie textos;
 - Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
 - Software de ampliação de tela;
 - Equipamento para ampliação de texto para atendimento a aluno com visão subnormal;
 - Lupas, réguas de leitura;
 - Scanner acoplado a computador;
 - Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Quando necessário, interpretes de língua de sinais / língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos;
- Serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

XV – DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

PREVISÃO DE RECEITAS ANUAIS

ITENS/EXERCÍCIO	2017'	2018	2019	2020	2021
Anuidades/Mensalidades	1.400.000	1.470.000	1.543.500	1.620.675	1.701.708
Diversos	10.000	10.500	11.025	11.576	12.155
Financiamentos	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Inadimplência	70.000	73.500	77.175	81.033	85.085
Serviços	360.000	378.000	396.900	416.745	437.582
Taxas	1.000	1.050	1.102	1.157	1.215
Aluguel	240.000	252.000	264.000	277.000	291.721
Total das Receitas	2.081.000	2.185.050	2.293.702	2.408.186	2.529.466

PREVISÃO DE DESPESAS ANUAIS

ITENS/EXERCÍCIO	2017'	2018	2019	2020	2021
Acervo Bibliográfico	5.000	6.500	7.810	8.200	9.500
Aluguel	480.000	504.000	529.200	555.660	583.443
Despesas Administrativas	85.000	90.750	105.000	115.000	130.000
Encargos	134.600	141.400	148.400	155.800	163.610
Equipamentos	20.000	21.000	22.050	23.152	24.310
Eventos	4.000	4.200	4.410	4.630	4.862
Investimento (Compra de imóveis)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Manutenção	70.000	73.500	77.175	81.033	85.085
Mobiliário	10.000	10.500	11.025	11.576	12.155
Pagamento Pessoal Administrativo	103.000	108.500	113.557	119.235	125.197
Pagamento Professores	570.000	598.500	628.425	659.846	692.838
Pesquisa e Extensão	2.100	2.100	2.205	2.315	2.431
Treinamento	3.150	3.150	3.307	3.472	3.646
Total das Despesas	1.486.850	1.564.100	1.652.564	1.739.919	1.837.077

RESUMO

ITENS/EXERCÍCIO	2017	2018	2019	2020	2021
Total das Receitas	2.081.000	2.185.050	2.293.702	2.408.186	2.529.466
Total das Despesas	1.486.850	1.564.100	1.652.564	1.739.919	1.837.077
Total Geral	594.150	620.950	641.138	668.267	692.389
Resultado a incorporar no Patrimônio Social					